



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Laura Silveira Santiago

**Escola neoliberal: entre a governamentalidade democrática e o culto à pulsão
de morte**

Marília
2026

Laura Silveira Santiago

Escola neoliberal: entre a governamentalidade democrática e o culto à pulsão de morte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil

Orientador (a): Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni

Marília
2026

Santiago, Laura Silveira.

S235e Escola neoliberal : entre a governamentalidade democrática e o culto à pulsão de morte / Laura Silveira Santiago. – Marília, 2026.

86 f. ; 30 cm.

Orientador: Pedro Angelo Pagni.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2025.

Bibliografia: f. 83-86.

1. Gestão democrática. 2. Neoliberalismo. 3. Educação e Estado. 4. Biopolítica. 5. Educação - Filosofia. I. Título.

CDD 370.193

Impacto potencial desta pesquisa

A política é um meio de continuação da guerra da perspectiva foucaultiana; esta guerra, travada na disputa pelo poder, forjada pela biopolítica, encontra terreno fértil no neoliberalismo, a partir do anseio pelo controle e captura de subjetividades, nutrindo uma política de domínio da vida e da morte de corpos que habitam as margens da sociedade. Nesse cenário, a educação escolar tem sido instrumentalizada para assegurar a inclusão de todos em um processo disciplinar a obedecer à lógica do *ethos* democrático neoliberal ora dominante. A relevância da presente pesquisa se dá na investigação do papel da educação escolar na manutenção das redes de poder que moldam as subjetividades de sujeitos super obedientes à governamentalidade neoliberal em oposição aos corpos lançados à margem da biopolítica, perpassando pela análise da dor e do sofrimento produzido por uma governamentalidade democrática neoliberal. O impacto potencial desta pesquisa está em identificar a monstruosidade da escola neoliberal, enquanto instrumento de perpetuação de domínio; e, o cultivo desta por uma pulsão de morte, viabilizando uma governamentalidade neoliberal, dita democrática; como também questionar acerca da dor e do sofrimento vivenciados pelos sujeitos que a compõem.

Potential impact of this research

Politics is a means of continuing war from a foucaultian perspective; this war, waged in the struggle for power and forged by biopolitics, finds fertile ground in neoliberalism through its drive to control and capture subjectivities, sustaining a politics that governs the life and death of bodies inhabiting the margins of society. In this context, schooling has been instrumentalized to ensure the inclusion of all within a disciplinary process that compels obedience to the logic of the dominant neoliberal democratic *ethos*. The relevance of this research lies in investigating the role of schooling in maintaining the networks of power that shape the subjectivities of individuals rendered hyper-obedient to neoliberal governmentality, in contrast with bodies cast to the margins of biopolitics, while analyzing the pain and suffering produced by neoliberal democratic governmentality. The potential impact of this study lies in identifying the monstrosity of the neoliberal school as an instrument for perpetuating domination and its cultivation of the death drive, which enables a so-called democratic neoliberal governmentality,

as well as in questioning the pain and suffering experienced by the subjects who inhabit this institution.

Impacto potencial de esta investigación

La política es un medio de continuación de la guerra desde la perspectiva foucaultiana; esta guerra, librada en la disputa por el poder y forjada por la biopolítica, encuentra un terreno fértil en el neoliberalismo, a partir del deseo de control y captura de las subjetividades, alimentando una política de dominio sobre la vida y la muerte de los cuerpos que habitan los márgenes de la sociedad. En este escenario, la educación escolar ha sido instrumentalizada para asegurar la inclusión de todos en un proceso disciplinario que obliga a obedecer la lógica del ethos democrático neoliberal actualmente dominante. La relevancia de esta investigación radica en indagar el papel de la educación escolar en el mantenimiento de las redes de poder que moldean las subjetividades de sujetos hiperobedientes a la gubernamentalidad neoliberal, en oposición a los cuerpos arrojados a los márgenes de la biopolítica, pasando por el análisis del dolor y del sufrimiento producidos por una gubernamentalidad democrática neoliberal. El impacto potencial de esta investigación reside en identificar la monstruosidad de la escuela neoliberal como instrumento de perpetuación del dominio y su cultivo de la pulsión de muerte, que hace posible una gubernamentalidad neoliberal llamada democrática, así como en cuestionar el dolor y el sufrimiento vividos por los sujetos que la conforman.

Laura Silveira Santiago

Escola neoliberal: entre a governamentalidade democrática e o culto à pulsão de morte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Filosofia e História da Educação no Brasil

Banca Examinadora

Prof. Dr. Pedro Angelo Pagni
UNESP – Câmpus de Marília
Orientador

Prof. Dr. Divino José da Silva
UNESP – Campus Presidente Prudente
Examinador

Prof. Dr. Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
Examinador

Marília, 09 de Dezembro de 2025.

À Deus.

AGRADECIMENTOS

À Deus por sua bondade, misericórdia e amor insondável.

A meu marido, Vítor, por seu apoio, lealdade e respeito.

A meus pais, Frederico e Selma, e a meu irmão e minha cunhada, Áthila e Isabela, pelo incentivo, alegria e eterno acolhimento.

A meu orientador, Pedro, por caminhar juntamente comigo nesta trajetória.

Aos integrantes da banca, Christian e Divino, pelas valiosas contribuições.

Aos integrantes do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Filosofia por toda troca de conhecimentos e vivências.

À Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP – Campus de Marília, por oportunizar-me saberes e reflexões.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pela concessão da bolsa via Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

Agradeço, com profundo carinho, a todos que auxiliaram na construção deste trabalho.

“Então o Senhor Deus formou o homem do pó da terra e soprou em suas narinas o fôlego de vida, e o homem se tornou um ser vivente.”
(BÍBLIA SAGRADA, 2018, Gênesis, cap. 2, versículo 7)

RESUMO

Esta dissertação – apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília – pretende analisar a educação escolar como instrumento da biopolítica e como ela tem sido reconfigurada a uma tanatopolítica a partir da regência da governamentalidade neoliberal. Objetiva-se investigar como a governamentalidade neoliberal esvazia a democracia escolar por meio da subjetivação de sujeitos super obedientes a essa racionalidade em oposição aos corpos lançados à margem da biopolítica. Especificamente, tratar-se-á, da análise do sofrimento produzido por esse processo biopolítico, e tanatopolítico, gerado por uma governamentalidade neoliberal. Este estudo desenvolver-se-á por meio de reflexão qualitativa de estudos na área da filosofia da educação adotando um estilo ensaístico, para situar-se nesse campo de reflexões teóricas. Recorre para tanto a um procedimento parcialmente genealógico, de modo a investigar as proveniências e contingências a partir da colaboração da escola democrática para um culto à pulsão de morte no neoliberalismo, revelando as redes de poder que moldam as subjetividades e argumentando que a proposta de uma educação neoliberal causa dor e morte entre os atores escolares. Em termos conceituais se recorre às noções foucaultianas de “biopolítica” e “governamentalidade neoliberal”, juntamente com a análise de Christian Laval sobre a escola neoliberal e à interpretação de Frédéric Gros acerca da “inversão da monstruosidade”, tomando como elementos fundamentais para lançar olhar aos sujeitos obedientes a governamentalidade neoliberal. Com esses conceitos a dissertação se acerca do sofrimento gerado por esse maquinismo, examinando o culto à pulsão de morte presente na escola neoliberal, utilizando o ponto de vista de Roberto Esposito sobre a política de morte ou a “tanatopolítica”. Por fim, discute-se o sofrimento recorrendo-se aos aportes de Suely Rolnik, especialmente suas reflexões sobre a “cafetinagem”. Conclui-se esta dissertação assinando-se a vivência da monstruosidade da escola neoliberal e o cultivo da pulsão de morte, não apenas para debater as possibilidades da democracia e da inclusão nessa instituição, mas também para elucidar a dor e o sofrimento dos atores escolares ante a tendência tanatopolítica da biopolítica na atual governamentalidade neoliberal.

Palavras-chave: escola democrática; governamentalidade neoliberal; biopolítica; tanatopolítica; pulsão de morte.

ABSTRACT

This dissertation – submitted to the Postgraduate Program in Education as part of the requirements for obtaining the Master's degree in Education at the Philosophy and Sciences Faculty, São Paulo State University (UNESP), Marília campus – aims to analyze schooling as an instrument of biopolitics and how it has been reconfigured into a thanatopolitics under the rule of neoliberal governmentality. It seeks to investigate how neoliberal governmentality drains the democratic potential of schooling by producing subjects who are hyper-obedient to this rationality in opposition to bodies cast to the margins of biopolitics. Specifically, the dissertation examines the suffering generated by this biopolitical and thanatopolitical process shaped by neoliberal governmentality. The study develops through qualitative reflection in the field of the educational philosophy, adopting an essayistic style to situate itself within this theoretical domain. It therefore employs a partially genealogical approach to investigate the origins and contingencies behind the democratic school's collaboration in fostering a worship of the death drive within neoliberalismo, revealing the networks of power that shape subjectivities and arguing that the neoliberal educational project produces pain and death among school actors. Conceptually, it draws on Foucaultian notions of "biopolitics" and "neoliberal governmentality", together with Christian Laval's analysis of the neoliberal school and Frédéric Gros interpretation of the "inversion of monstrosity", using these as fundamentals elements for examining subjects obedient to neoliberal governmentality. With these concepts, the dissertation investigates the suffering produced by this machinery, examining the cultivation of the death drive within the neoliberal school through Roberto Esposito's perspective on the politics of death or "thanatopolitics". Finally, it discusses suffering by engaging Suely Rolnik's contributions, especially her reflections on "pimping". The dissertation concludes by affirming the lived experience of monstrosity of the neoliberal school and its cultivation of the death drive, not only to debate the possibilities of democracy and inclusion within this institution, but also to elucidate the pain and suffering endured by school actors in the face of the thanatopolitical tendency of biopolitics in the current neoliberal governmentality.

Keywords: democratic school; neoliberal governmentality; biopolitics; thanatopolitics; death drive.

RESUMEN

Esta disertación —presentada al Programa de Posgrado en Educación como parte de los requisitos para la obtención del título de Magíster en Educación de la Facultad de Filosofía y Ciencias de la Universidad Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília— pretende analizar la educación escolar como instrumento de la biopolítica y cómo ha sido reconfigurada en una tanatopolítica bajo la regencia de la gubernamentalidad neoliberal. Se propone investigar cómo la gubernamentalidad neoliberal vacía la democracia escolar mediante la subjetivación de sujetos hiperobedientes a esta racionalidad, en oposición a los cuerpos arrojados a los márgenes de la biopolítica. Específicamente, se abordará el análisis del sufrimiento producido por este proceso biopolítico y tanatopolítico generado por una gubernamentalidad neoliberal. Este estudio se desarrollará por medio de una reflexión cualitativa apoyada en investigaciones en el campo de la filosofía de la educación, adoptando un estilo ensayístico para situarse en este ámbito de reflexiones teóricas. Para ello recurre a un procedimiento parcialmente genealógico, con el fin de investigar las proveniencias y contingencias derivados de la colaboración de la escuela democrática en un culto a la pulsión de muerte en el neoliberalismo, revelando las redes de poder que moldean las subjetividades y argumentando que la propuesta de una educación neoliberal produce dolor y muerte entre los actores escolares. En términos conceptuales, se recurre a las nociones foucaultianas de “biopolítica” y “gubernamentalidad neoliberal”, junto con el análisis de Christian Laval sobre la escuela neoliberal y la interpretación de Frédéric Gros acerca de la “inversión de la monstruosidad”, tomándolos como elementos fundamentales para analizar a los sujetos obedientes a la gubernamentalidad neoliberal. Con estos conceptos, la disertación se aproxima al sufrimiento generado por este maquinismo, examinando el culto a la pulsión de muerte presente en la escuela neoliberal, a partir del punto de vista de Roberto Esposito sobre la política de muerte o “tanatopolítica”. Finalmente, el sufrimiento es discutido recurriendo a los aportes de Suely Rolnik, especialmente sus reflexiones sobre la “cafetinaje”. La disertación concluye afirmando la vivencia de la monstruosidad de la escuela neoliberal y el cultivo de la pulsión de muerte, no solo para debatir las posibilidades de la democracia y la inclusión en esta institución, sino también para esclarecer el dolor y el sufrimiento de los actores escolares ante la tendencia tanatopolítica de la biopolítica en la actual gubernamentalidad neoliberal.

Palabras clave: escuela democrática; gubernamentalidad neoliberal; biopolítica; tanatopolítica; pulsión de muerte.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DEMOCRACIA: GOVERNO DE TODOS E PARA TODOS?	22
2.1	A democracia	24
2.1.1	A morte do sujeito transcendental	27
2.1.2	Cientificismo: a delimitação do discurso	28
2.1.3	Igualdade ou aniquilamento da diferença?	29
2.2	A democracia como instrumento regulador da biopolítica	31
2.3	A escola democrática	38
3	A CAFETINAGEM DA ESCOLA DEMOCRÁTICA NEOLIBERAL	44
3.1	O leilão da escola democrática neoliberal	46
3.1.1	A pedagogia da autonomia neoliberal	48
3.1.2	A soberania do consumidor	50
3.1.3	Supermercado escolar	52
3.2	A subjetivação à governamentalidade neoliberal	53
4	POR UMA ESCOLA RADICALMENTE DEMOCRÁTICA	58
4.1	Pulsão de vida ou pulsão de morte?	60
4.2	Hipótese repressiva	66
4.3	Desejo de escravidão	69
4.4	Culto à pulsão de morte	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6	REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

O fôlego da vida presente nas escrituras bíblicas simboliza a criação da alma humana e a ruptura com o pensamento reducionista do corpo apenas como mistura de pó e água, ou seja, com a ideia materialista de um corpo mecânico, sem subjetividade. Tal passagem trata não apenas do ar, mas da essência que dá vida ao sujeito, trata da possibilidade de uma vida que permite interações, afetos e movimento com o mundo vivente.

O ato de respirar é um processo visceral da vida, indica algo que escapa da racionalização, é algo profundo e relacionado com o interno do ser. A respiração transcende o processo biológico de oxigenação do corpo e constitui uma forma de conexão com a interioridade humana, com as suas pulsões, espírito e consciência. O sopro da vida que move Adão no paraíso refere-se a uma abertura quanto ao ar, numa perspectiva de aerologia de cunho poético e filosófico, de um “ser em meio ao respirar”, como propõe analisar Peter Pál Pelbart (2020); para este, o ar é uma propriedade comunal, pertencente a todos ao mesmo tempo. Contudo, na visão do autor, esta universalidade impulsionou a ambição de certos grupos populacionais em se pesquisar as condições da respirabilidade do ar, estudos que se concentraram na possibilidade da dominação do ar para controlar o outro respirante. Pelbart (2020) revela que a origem desta procura por domínio do ar que se respira ocorreu, principalmente, por militares com a finalidade de controle dos campos de batalha pela manipulação de condições do ar favoráveis à superioridade de um exército contra o outro, criando armas ianosféricas. Nesse caminho, o ar perde sua inocência e passa a manifestar um sopro de morte.

A criação de experimentações destas armas que afetam a ação de respirar tornou-se uma indústria da morte, e ao longo do ensaio de Pelbart (2020) encaramos uma série de formas de domínio do respirar do povo que foram desenvolvidas como táticas militares. Referido autor trata desta forma de dominação do ar como uma nova estratégia de ataque ao outro sobre as funções vitais, por meio da modificação das condições do respirar, e exemplifica por meio da exposição de momentos de guerra em que ocorreu a utilização de armas ianosféricas. Nesse sentido, Pelbart (2020) expõe a utilização de gases de cloro, dos exércitos alemães contra posições franco-canadenses no arco norte de Ipres na Bélgica, os quais deixaram instalados às margens das trincheiras garrafas escondidas contendo o referido gás, e a partir da

análise do fluxo do vento, posicionaram a vazão deste ar tóxico em direção ao seu inimigo, ocasionando a contaminação nas vias respiratórias e pulmões dos oponentes.

Trata-se de tornar impossível a sobrevivência do inimigo “submergindo-o durante o tempo suficiente num meio sem condições de vida”. O objetivo é atacar as funções vitais, sobretudo a respiração regulações nervosas centrais, condições de temperatura ou radiação insustentáveis para o corpo humano. Trata-se de modificar as condições ambientais de vida do inimigo. É uma guerra de “atmosfera” (atmoterrorismo), em que se morre pela única “ação de respirar” – o que levou alguns a fazer do inimigo o responsável pela sua morte, já que quem ativa a respiração é a própria vítima (!). Os respirantes se tornam cúmplices involuntários de sua própria extinção – como se, em última instância, cometessem um atentado contra si mesmos ao respirarem, o que isentaria os carrascos, inclusive do campo de concentração, de qualquer responsabilidade. (Pelbart, 2020, p. 10)

É fato que o ser humano não respira apenas ar puro, mas inala tudo aquilo que inscreve a condição de vida que o cerca, todo clima do ambiente, nas comunicações, na política, nos poderes econômicos, presentes como fôlego de vida ou morte – seja este ar disseminado por nós mesmos ou pelo outro que nos afeta. A busca por controle das condições que afetam os corpos nos dias atuais se mantém em vigor, no entanto, a lógica de práticas punitivas que agem sobre o corpo ganhou nova roupagem nos Estados modernos. Foucault (1975) descreve que houve uma instauração de uma era disciplinar, marcada pelo adestramento dos corpos, visando desempenhar força não apenas via de punições arbitrárias de dominação – como o uso de gases tóxicos – mas por uso de administração do ar que se respira, ou seja, do controle do fôlego soprado aos atores inscritos em uma forma de governo da vida – ou seja, da biopolítica – permitindo o adestramento das subjetividades, ações e relações.

Toda essa nuvem que paira sobre a biopolítica estabelece a contaminação do ar que se respira, um ar dominado que proporciona, a partir desse controle, uma sensação de asfixia dos corpos inscritos nesse registro. Nessa nova configuração, os sintomas não aparecem marcados pela contaminação das vias respiratórias e pulmões, mas manifestam-se de forma psicossomática, em que os fatores psicológicos se revelam como marcas no corpo. A sensação de falta de ar é um sintoma comum entre as psicopatologias (DALGALARRONDO, 2019), presente em episódios de Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Transtorno do Pânico, Depressão, Burnout e outras situações causadas por estresse intenso. A dominação do ar ainda se faz na submersão do sujeito em um meio sem condições de vida, situações de violência que não agem apenas sobre o corpo, mas na composição de

um fôlego da morte, quase impossível de se respirar, controlado por um jogo de vida ou morte, em que o sujeito é vítima e cúmplice de sua própria extinção.

Em reportagem realizada por Profissão Repórter (2025) houve a exposição de casos de docentes que desenvolveram quadros de transtornos psíquicos desencadeados em vivências dentro de sala de aula; a reportagem mostra que no intervalo entre janeiro de 2024 e fevereiro de 2025, foram registradas 34 mil licenças médicas, a partir de diagnósticos de transtornos saúde mental, concedidas apenas para professores da rede municipal de São Paulo – este número já é aterrorizante, sem contar com os demais níveis de ensino e outros estados do Brasil. A sensação de falta de ar no ambiente escolar pode ser lida como marca de um cultivo pelo fôlego da morte determinado pelo estabelecimento de um ar que se respira completamente sobrecarregado pelo dever ser voltado para regência da governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2022) ora em vigor – a qual estabelece as condições ambientais vivenciadas na biopolítica atual – em que há a captura não apenas das escolas em seu mecanismo de funcionamento – didática, disciplinas, gestão – mas também captura do pulsar proveniente do fôlego da vida dos sujeitos inscritos nesse ambiente. Vê-se nessa escola neoliberal um sofrimento interior dos sujeitos por assujeitarem-se à governamentalidade neoliberal e por repreenderem suas pulsões vitais. Caroline Fanizzi, professora da Faculdade de Educação da USP, comenta a reportagem (PROFISSÃO REPÓRTER, 2025) levantando o questionamento acerca do papel em que os professores que sofrem possuem para uma sociedade como a nossa, expondo que o sofrimento presente está relacionado com a ausência de autonomia dentro das escolas.

A escola tem vivenciado um cenário que, por vezes, se mostra opressor e de ausência de autonomia de se poder ser e poder pulsar aquilo que desvia da governamentalidade neoliberal, não apenas por parte dos docentes, mas de todos os atores escolares. Sob a governamentalidade neoliberal, os atores escolares são capturados por um desejo de ser incluído na biopolítica e por competir pela centralidade deste jogo da vida neoliberal. O sofrimento crescente nas escolas ocorre por meio do processo de subjetivação de um ser super obediente voltado a morte de si mesmo, de sua pulsão vital, para a manutenção de uma governamentalidade neoliberal. A violência escolar, no Brasil, revela este cenário ao apresentar dados de aumento triplicado, na última década, de vítimas, atendidas em hospitais e ouvidorias

públicas, as quais sofreram ataques físicos e psicológicos no contexto educacional (REDAÇÃO G1, 2025).

Há ainda, com esse ar inalado, a expiração de uma ação reativa que o sofrimento reverbera em atos odiosos sobre as diferenças; ou seja, pelo sofrimento dos corpos que vivem a margem da biopolítica, expostos a uma tanatopolítica. Sofrimento o qual é escancarado no filme “Meu caminho até a escola”, com direção de Diego Jesus, em 2021, que relata o assassinato de uma criança a caminho da escola durante uma operação policial numa favela da Zona Norte do Rio de Janeiro que antes de morrer perguntou à mãe: “A polícia não viu que eu estava com uniforme e material de escola, mãe?”. Ou ainda, em outro caso, em “Uma escola para Alan” de Paul Preciado (2020) que perpassa pela dor e sofrimento vivido por Alan devido ao preconceito por sua existência, marcada pela diferença marcada em seu corpo, em centros escolares, o que o levou ao suicídio.

Veja, não se trata de uma temática acerca da violência nas escolas apenas, mas da análise de como se instaura uma dinâmica de um culto a um pulsar pela morte vivenciado nas escolas. Um vínculo orgânico – ou inorgânico – retroalimentado pelo ódio, pela impossibilidade de ser voltado para um fôlego de vida, da possibilidade de um espaço em que pulse a vida. Entretanto, a escola enfrenta uma antítese: por um lado, a escola é democrática considerada como direito de todos, por outro lado os corpos ali inscritos enfrentam em todo canto trincheiras e nelas estão instauradas, para recepção de todos, garrafas de gás em que se pode morrer pela única ação de respirar, de pulsar, de existir.

Nesse registro, investiga-se na presente dissertação se há na escola neoliberal um culto à pulsão de morte, a partir do momento em que há indivíduos que sofrem em sua interioridade por assujeitarem-se à governamentalidade neoliberal dominante e repreender seus desejos vitais, que reverbera no desejo de morte na condição de se tornar ator do sofrimento daqueles que vivem à margem da biopolítica; ou, em outro sentido, no padecimento daqueles corpos que recebem ações reativas violentas dada a tanatopolítica, sendo exposto ao seu próprio sacrifício subjetivo, ou até mesmo, físico. Da guerra cotidiana pelo poder de existências heterotópicas – termo desenvolvido por Foucault (2013) que remete a possibilidade de existência de espaços que são diferentes, os quais desafiam a noção de homogeneidade que enfrentam a ordem social – vivenciadas nos Estados Neoliberais que surge a

relevância desta dissertação, a fim de reformular a compreensão de uma escola para todos.

O sofrimento proveniente dessa guerra vivenciada no meio escolar revela um espaço vulnerável à violência, ao ódio e à valorização de um pulsar de morte. Há uma tentativa de minimizar esta violência por meio da atuação de profissionais de Psicologia e Serviço Social para atender às demandas educacionais, como prevê a Lei nº 14.935 (BRASIL, 2019), por meio do desenvolvimento de ações que visem a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem; também com a Lei nº 14.819 (BRASIL, 2024), a qual institui a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares.

A tentativa de se dominar o ambiente escolar para manutenção da ordem social para a governamentalidade neoliberal se passa por um saudosismo falacioso pelos “anos dourados” vivenciados na década de cinquenta no Brasil, por uma ambição por desenvolvimento econômico e otimismo “*coachingnizados*” que corroboram para uma racionalização neoliberal, buscando o controle ostensivo da população. É nesse contexto que as escolas se situam, na medida em que referido saudosismo traz consigo um ideal opressor, de que a adesão e participação da população em uma realidade governamentalizada, por meio do controle da vida e da morte da população, proporcionaria melhoria no desempenho a partir da disciplinarização e promessa de redução da violência – promessa esta a qual age, em verdade, mediante o aniquilamento da diferença.

Urge-se referida problematização acerca do sofrimento inscrito sobre os atores escolares devido a uma crescente neoliberal no Brasil que propõe inserir uma gestão de excelência empresarial no espaço escolar. A partir desta premissa, há a tentativa de expansão da militarização nas escolas da rede pública a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico Militares – o qual parte da seleção de escolas de melhor rendimento, com condições financeiras e de menor índice de violência, acentuando a desigualdade por meio da elitização de escolas que adotam modelo cívico-militar, além de excluir as diferenças, como ressalta pesquisa desenvolvida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP (DOURADOR, 2025). Ainda nesse registro, há a sanção do Novo Ensino Médio, Lei nº 14.945/2024 (BRASIL, 2024), que visou aumentar a permanência do aluno no espaço escolar, ampliando a carga horária da Formação Geral Básica e também acrescentando os Itinerários Formativos voltados a formação técnica e profissional, referida alteração apresenta a

flexibilização do currículo escolar adequando às demandas do mercado de trabalho, além de ressaltar a pedagogia de competências e instigar o empreendedorismo no meio escolar.

Com a necessidade, revista em Gallo (2020), da constituição do Estado brasileiro em tornar-se democrático a partir de uma governamentalidade neoliberal, em que a escola participa deste registro de manutenção da população às condições de ar voltado aos modos operantes dominantes, tem-se a implementação de um “estado suicidário”, revelado por Vladimir Safatle (2020) – ao citar Paul Virilio (1993) – o qual articula-se na “(...) mistura da administração da morte de setores de sua própria população e do flerte contínuo e arriscado com sua própria destruição.” (2020, p.2).

Esse flerte contínuo à destruição revela-se fomentado, ainda que involuntariamente, no cultivo por algumas discussões sobre a escola democrática na área de “políticas educacionais”. Referidas pesquisas são essenciais no que diz respeito às lutas sociais que entrelaçam a biopolítica, consideradas de grande relevância para a evolução da mesma, partindo de considerações de Miguel Arroyo (2010) e Paulo Freire (2019). No entanto, sob a ótica adotada para a construção da problemática que se propõe nesta dissertação, considera-se que parte dessas abordagens tratadas pelas políticas educacionais tendem a redução em temáticas acerca da participação efetiva da população em uma sociedade governamentalizada, para a formatação de uma maioria cidadã; neste viés, ocupa-se com a análise e desenvolvimento de políticas públicas e educacionais do Estado, examinando teorias e práticas de gestão escolar, de avaliação educacional, da relação entre educação, direitos humanos e movimentos sociais a fim de potencializar uma ideia de inclusão na biopolítica, e formas de tonificar esta ideia de democracia regida por um maquinismo ora dominante, de governamentalidade neoliberal.

No que se refere ao cerne desta pesquisa, propõe-se um olhar distinto desses estudos atuais sobre a temática de educação democrática, posto que a presente dissertação propõe analisar criticamente a escola democrática como instrumento para a regência da biopolítica, por meio de estratégias a fim de incluir, controlar e governar sujeitos, obtendo o poder da vida dos corpos inscritos neste cenário. Ainda considera-se, para a finalidade da pesquisa desenvolvida nesta dissertação, que há um flerte com este suicídio ao se reconhecer que, muitas vezes, há uma redução da área da “psicologia da educação” em alguns estudos e pesquisas ao adotarem abordagens

que visam potencializar o rendimento do processo de ensino-aprendizagem, analisar processos educativos e de avaliação mediante intervenção da Neuropsicologia ou de estudos comportamentais e da cognição do aluno, ou ainda buscam tratar da educação especial, trabalhando com políticas e materiais de inclusão que visam potencializar a inclusão de todos os corpos em um jogo da vida e da morte, estudos estes que, por vezes, limitam-se às temáticas que tratam de formas de um sofrimento psíquico individualizado, muitas vezes ignorando os agenciamentos micropolíticos.

É notória a importância desta área do saber, ao propor a preocupação com uma dignidade e bem-estar dos atores escolares, como se vê em estudos partindo de Caroline Fanizzi (2023) e também em pesquisas de Christian Dunker (2021). Distancia-se a presente pesquisa desses estudos atuais da “psicologia da educação” e da “inclusão educacional” não por invalidá-los, mas por pretender revelar que mediante a escola democrática como instrumento da biopolítica, e tanatopolítica, há estratégias de captura das potências de vida, por meio da cafetinagem das pulsões governamentalizadas a partir do processo de subjetivação num meio micropolítico voltadas à governamentalidade neoliberal.

Referida crítica acerca da área da política e da psicologia da educação não parte de uma generalização que desqualifica outras pesquisas, de uma consideração de que todas as pesquisas dessas áreas do saber estão sob uma única roupagem de flerte à tanatopolítica. No entanto, esta crítica se dá a partir do reconhecimento da lacuna existente nos estudos em referidas áreas para tratar especificamente da dimensão tanatopolítica da educação, e por considerar que os campos educacionais citados corroboram, involuntariamente, para a administração da biopolítica e, por vezes, ocasiona numa relação limiar de flerte com políticas voltadas a um culto à morte – questões estas que corroboram em uma vida suicidária por asfixia. É nesse processo de clivagem às reflexões dessas produções científicas que se emerge a originalidade desta pesquisa.

Por conseguinte, esta dissertação tem como objetivo geral analisar o culto à pulsão de morte da educação escolar, por meio do estudo da escola democrática como instrumento para uma biopolítica e tanatopolítica, regida por governamentalidade neoliberal. Para a compreensão desta pulsão de morte, busca-se entender o processo de subjetivação de sujeitos super obedientes à esta racionalidade, em contraposição aos corpos relegados às margens deste jogo biopolítico. Como objetivo específico, pretendendo-se estudar acerca do sofrimento

aos atores escolares enquanto resultado de práticas micropolíticas que reforçam e sustentam um culto à pulsão de morte vivenciado no espaço das escolas democráticas neoliberais, sofrimento o qual se dá pelo assujeitamento à governamentalidade neoliberal corroborando na formação de uma população super obediente – mediante relação estabelecida de cafetinagem das pulsões vitais dos corpos inscritos à biopolítica – e, também, pela reatividade do sofrimento inscrito sobre os corpos expostos a uma tanatopolítica. Estas questões, então, apresentam-se como problemas a serem enfrentados nesta pesquisa.

Por isso que, em busca de respostas aos questionamentos suscitados, adotar-se-á como metodologia a reflexão qualitativa de estudos na área da Filosofia da Educação – mais precisamente, a reflexão de artigos e livros – especificamente partindo das temáticas acerca da biopolítica e inclusão escolar, com base na análise de pesquisas de autores brasileiros como Pedro Pagni, Sílvio Gallo e Alexandre Filordi, a fim de caminhar rumo ao conhecimento e à satisfação das inquietações mencionadas.

Fundar-se-á, de modo geral, em um estilo ensaístico situando-se num campo mais teórico, utilizando um método, parcialmente genealógico, para construir o saber dos arranjos de poder, estratégias e contingências históricas específicas que corroboraram para o surgimento da escola democrática neoliberal no Brasil, com a finalidade de revelar as forças que moldam as subjetividades. Referido trajeto pavimentará caminhos epistemológicos para o alcance da discussão dos sofrimentos existentes no âmbito escolar, que consolidam um culto à pulsão de morte.

Desta feita, propõe-se a interface entre educação democrática e estudos foucaultianos a fim de analisar o presente escolar de Estados Democráticos que adotam políticas Neoliberais, especificamente, pretende-se discorrer a respeito dos termos foucaultianos de “biopolítica” e “governamentalidade neoliberal” para compreender as vivências escolares pautadas na democracia neoliberal que se apoiam em dispositivos disciplinares, de segurança e de subjetivação.

Com a finalidade de aprofundar o entendimento acerca das escolas neoliberais serão adotados os estudos de Christian Laval, para compreender as mudanças no âmbito escolar influenciadas pelo chamado neoliberalismo escolar, e trazer esta discussão para a realidade brasileira. Ainda para tratar desta temática, serão considerados estudos de Frédéric Gros, acerca da “inversão da monstruosidade” para lançar olhar aos sujeitos obedientes a governamentalidade neoliberal.

Também contribuem na construção metodológica da dissertação – para investigar o sofrimento emergente deste maquinismo, o qual é compreendido como expressão do culto à pulsão de morte presente na escola democrática neoliberal – os estudos de Roberto Esposito acerca da política de morte, conceituada pelo autor como tanatopolítica, a fim de problematizar as dinâmicas de violência inerentes a realidade escolar governamentalizada. Adicionalmente, para abordar o sofrimento recorrem-se às contribuições de Suely Rolnik, especialmente no que se refere às noções de “cafetinagem”, que possibilita a compreensão dos modos de captura da vitalidade subjetiva no contexto neoliberal; apropriou-se para a escrita desta temática os termos “pulsão de vida” e “pulsão de morte”, provenientes de matriz freudiana e há, também, a apropriação da evolução destes termos na psicanálise lacaniana, termos os quais serão melhores desenvolvidos na última seção dessa dissertação.

Destarte, a presente pesquisa apoia-se teoricamente em Pedro Pagni, Sílvio Gallo e Alexandre Filordi, como partida nos estudos da Filosofia da Educação; Michel Foucault, para discorrer a respeito da “biopolítica” e da “governamentalidade neoliberal”; Christian Laval para compreender melhor acerca das escolas neoliberais; Frédéric Gros, com sua teoria da “inversão da monstruosidade”; Roberto Esposito, para tratar da “tanatopolítica”; e Suely Rolnik, para explicitar o processo de “cafetinagem” vivenciado nas escolas. Autores estes cujas reflexões são fundamentais para o delineamento das discussões da temática proposta.

Nesta dissertação, o recorte temático proposto será desenvolvido em três seções. Na primeira seção haverá a exposição da escola democrática como dispositivo para o funcionamento de uma biopolítica e uma tanatopolítica; a segunda seção, da governamentalidade neoliberal como governante da sociedade moderna, abordando sua regência a um governo da vida e da morte no âmbito escolar. A última seção visa discorrer acerca da dor e do sofrimento que esta forma de governo causa aos atores educacionais a fim de gerar a reflexão quanto à tendência de culto à pulsão de morte da escola democrática neoliberal.

2 DEMOCRACIA: GOVERNO DE TODOS E PARA TODOS?

Um grande desafio da humanidade está no conviver, está no equilíbrio de forças nas conexões geradas por relações interpessoais, bem como dos sujeitos com o Estado e vice-versa; tornam-se objeto de análise necessária para entender as práticas sociais em cada momento histórico. Nessa medida, o governo das pessoas, notadamente o institucionalizado, bem como o regime adotado em certa sociedade, são elementos relevantes para análise das práticas sociais e do desenvolvimento humano.

Nesses termos, a constituição do sujeito tal como é conhecido na contemporaneidade remonta à produção epistemológica da modernidade – a qual consolidou a ideia do sujeito como um ente individualizado. Dessa perspectiva, os pensadores modernos desenvolveram estudos que formularam esta noção de sujeito, concebendo-o por intermédio de privilegiar a individualização como eixo central da experiência humana. A modernidade, por sua vez, engajou-se na consolidação dessa ideia, mobilizando uma racionalidade científica voltada à sistematização de saberes. Sob a ótica de Foucault (1999), a episteme moderna estruturou-se por meio da apreensão, representação e controle dos fenômenos, atos e atores, operando mediante processos de teorização, categorização e diferenciação entre sujeito e objeto de conhecimento. Essa racionalidade colaborou para a classificação de indivíduos em coordenadas específicas em tempo, espaço, cognição e relação com o poder, delineando formas de subjetivação articuladas às estratégias de governamentalidades modernas.

Destarte, a modernidade, sustentada por seus múltiplos campos do saber, apoia-se em conhecimentos fragmentários que, nos dizeres de Foucault (1999), oportuniza aquilo que se convencionou denominar de natureza científica. Tal configuração epistêmica permite que um mesmo fenômeno, ato ou autor possa ser objeto de estudo de variadas ciências, cada uma operando sob uma lógica própria de investigação e verdade. Assim, o homem pode ser adotado como objeto de estudo da medicina, da psicologia, do direito, entre outras áreas do conhecimento; ora enfatizando seus aspectos biológicos ou fisiológicos; ora enfocando sua psique – compreendida como sede da alma, do intelecto e das emoções; ora privilegiando o estudo de sua configuração social, incluídas aqui suas redes relacionais com a cultura, política e economia.

Nesse sentido, a noção de humanidade revela-se essencialmente plural em seu modo de ser, agir e existir perpassando por aspectos múltiplos em sua existência. A considerar a humanidade eminentemente relacional, o ser humano constrói e reproduz estratégias de poder como condição para o convívio coletivo, configurando formas de organização e governabilidade fundamentais à manutenção da vida em sociedade. A fim de se estabelecer esta convivência, com a ambição de se instaurar um cotidiano seguro e voltado à preservação da vida humana, consolidam-se formas de governo. Com o propósito de definir a noção de “governo”, Foucault (1998) a concebe da seguinte forma:

O governo é definido como uma maneira correta de dispor as coisas para conduzi-las não ao bem comum, como diziam os textos juristas, mas a um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. O que implica, em primeiro lugar, uma pluralidade de fins específicos, como por exemplo fazer com que se produza maior riqueza possível, que se forneça às pessoas meios de subsistência suficientes, e mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar, etc. Portanto, uma série de finalidades específicas que são o próprio objetivo do governo. E para atingir estas diferentes finalidades, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam indissoluvelmente ligadas. Ao contrário, no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. Isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (FOUCAULT, 1979, p. 284)

O entendimento do termo “governo” pelo filósofo francês não parte de sua definição etimológica em si, mas remonta a motivação a qual o governo se destina. Apresenta-se, então, nas diversas formas pelas quais os fins possam ser atingidos, pois, o governo está nas táticas e estratégias utilizadas para exercício do poder. Destarte, as práticas de governo configuram-se como estratégias do poder, articuladas a regimes de saber os quais legitimam e sustentam sua eficácia; conforme a análise foucaultiana, esses jogos de poder integram o processo de governamentalização, o qual se estende das instituições às formas de produção das subjetividades, operando na constituição de modos de ser, agir e pensar dos sujeitos.

A modernidade, nesta ótica, tratou de elaborar o pensamento de governo voltado essencialmente em torno do poder real, Foucault (1979, p. 181) trata desta relação do poder e da constituição jurídica dos estados modernos ressaltando dois pontos. Primeiramente, trata-se da apropriação do poder como forma de justificar o poder absoluto como adequado e relevante ao seu direito fundamental.

Segundamente, a juridicização de condutas, vazadas no documento normativo chamado constituição, forjou-se a partir da necessidade de limitação do poder soberano, em que as legislações intituladas deveriam determinar os limites dentre os quais se deveria exercer o poder com o intuito de se conservar sua legitimidade.

Então, a teorização moderna a respeito do governo possui o papel de fixar a legitimidade do poder, afirmar sua soberania e implicar os atores do Estado e da sociedade à obediência do governo estabelecido. Há vários meios utilizados para se instaurar o poder em uma sociedade, sendo a governamentalização um instrumento potencial – com suas imposições de leis, conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos – para manutenção de um convívio prezado à esta noção de humanidade construída. O exercício do poder na modernidade ocidental se estabeleceu a partir da valorização da política, da discussão, do convencimento, crítico ou acrítico, revisitando a democracia, idealizada como um governo do povo e para o povo.

2.1 A democracia

O termo “*democracia*” provém do grego “*demokratia*”, etimologicamente da junção de “*demos*” – que significa povo – e “*kratía*” – que significa poder. Referida palavra designa a forma de governo em que o povo exerce a soberania, regime que se fundamenta, na construção do saber da modernidade, na ideia de liberdade e participação popular no âmbito político. Neste contexto, postula-se o conceito de soberania como princípio essencial de legitimação do exercício do poder, defendendo-se a tese de sua origem popular e a intransigente irrenunciabilidade deste atributo. A soberania é concebida como inerente à própria condição existencial do ser humano; desta maneira, adota-se a concepção de que o poder político consiste no poder que o indivíduo possui de tomar consciência da posição que ocupa na estrutura social em que vive e de exercer um poder real sobre ela; assim, o simples ato humano de existir constitui-se como a origem do poder, estando na sociabilidade intrínseca o fundamento de toda forma de autoridade.

A transição do estado feudal, do estado absolutista, para a modernidade parte da noção dos detentores da soberania e ao exercício do poder do Estado, contando com a finalidade para que se governa e sobre quais corpos as táticas de governo serão lançadas. Está no poder do indivíduo de tomar consciência e ocupar o lugar

em que se é destinado, como fundamento do poder governamental. Essa construção de um saber imperativo de que o sujeito deve relocalar-se em seu devido lugar determinado, emerge como técnica de governamentalização da população, seguindo uma lógica de um princípio inquestionável acerca do funcionamento do governo, a democracia. A democracia é assumida como um princípio inquestionável, ainda na atualidade, ligado ao entendimento de que a busca por se construir uma vida isonômica, em que os sujeitos são inclusos numa vida igual a todos, é blindado de críticas e de contingências. A democracia parte dessa inquestionabilidade para assumir-se como natural o seu funcionamento, que busca um equilíbrio no governo da população por meio da ausência da diferença, e na possibilidade de um ser igual a todos. Permitamos, nessa dissertação, realizar uma experimentação da crítica do presente democrático, a fim de revelar as rupturas, descontinuidades, encontros e estratégias as quais formam o presente da democracia, propondo um exercício genealógico de buscar o surgimento dos saberes que colaboraram para esta blindagem crítica e a soberania da democracia moderna.

Na Grécia Antiga, segundo Foucault (2011), a semiótica democrática reporta-se à *parrhesia*, ou seja, ao falar franco e verdadeiro. Originalmente, a democracia se caracterizou em cidades-estados como Atenas pelo uso da palavra assumida por quem, dentre os cidadãos, a tomasse e, em função de suas habilidades com a arte retórica, fosse autorizado a falar pelo reconhecimento de sua performatividade ante do público ao qual o orador se dirigia. Em seu desenvolvimento, na antiguidade grega, aqueles cidadãos que se pronunciavam publicamente, não obstante o cerceamento do uso da palavra aos escravos e estrangeiros, passaram a ser reconhecidos e autorizados a falar não somente pela habilidade retórica e capacidade de convencimento da maioria, como também apresentava teor de verdade em seus enunciados, coerência no falar dos atos e com o *ethos* do orador, ou seja, persuadia com a franqueza em seu discurso. Nesse caso, ao se admitir que essa franqueza do expositor para com o público pudesse ser associada ao seu modo de viver e à estilística da existência do grupo ao qual pertencia, múltiplos *ethos* emergiam na democracia grega, conforme as filosofias de vida desses cidadãos que faziam uso da palavra para discursar aos demais sobre os destinos da cidade onde viviam. Dessa forma, a democracia grega passou a considerar também, além da adesão quantitativa da maioria em relação às proposições contidas em determinada argumentação, a isonomia qualitativa desses múltiplos *ethos* em disputa na cena pública, promovendo

a convivência entre as diferentes estilísticas da existência e os grupos que constituíam, com suas respectivas perspectivas de verdade ou visões de mundo. A despeito da participação censitária ali existente emergiam-se diferentes discursos e embates entre os *ethos* livres – oportunizando certa diversidade qualitativa – afunilando-se à uma verdade a qual seria considerada pela maioria a mais pertinente à vida coletiva. Apesar de ser determinada coletivamente esta verdade, dada pelo valor quantitativo de concordâncias, a qualitatividade de discursos fazia-se incentivada visando a evolução constante da vida pública.

E tal sistema político, por estar assentado na disputa de ideias, permitia com que a democracia evoluísse no dissenso, no olhar de e para diversos *ethos*, gerada na diferença e aprimorada na participação de mais corpos nos processos políticos, graças a uma arte de viver que gera, cônica e criticamente, a diferença e não o mesmo; no olhar para as diferenças qualitativas de *ethos* para a evolução da sociedade e participação de mais vidas nos processos políticos. A democracia ideal, ou real, se faz na inversão da ordem daquilo que está previamente definido, ou seja, no rompimento com a obediência a uma isonomia por meio da emergência daquele *ethos* dissidente.

A incorporação da democracia ao mundo ocidental moderno eclodiu a partir de uma releitura desta democracia grega e de uma necessidade da economia capitalista por novos consumidores e por nova forma de acesso ao poder pela classe burguesa emergente; por conseguinte a participação universal no poder do Estado era medida imperativa aos anseios desta nova classe dominante, bem como a seus propósitos de mercado, prejudicado pela escravidão ainda reinante em parte do mundo ocidental.

Na atualidade, a democracia enfrenta descontinuidade com a democracia grega, não apenas pela dicotomia entre as diferenças qualitativas e a isonomia quantitativa, mas também se vê reiterada imposição do *ethos* dominante, nos dizeres de Foucault (2011), assujeitando os corpos minoritários às práticas de um *ethos* dominante. Tal situação deletéria se faz fomentada pelo discurso neoliberal de liberdade e incentivo a individualidade – principalmente, quanto ao mercado – mas que sub-repticiamente, sob o mantra da busca por isonomia dos corpos, se está, em verdade, em busca por normatização de condutas. Para a consecução deste objetivo estabelecem-se dispositivos disciplinares e de segurança sobre os sujeitos e aplica-se-lhes uniformização massificadora e assujeitadora.

Consequentemente, o conceito de democracia revela-se convergente com os objetivos aqui delineados na medida em que se configura simultaneamente como meio

e como fim do poder. Enquanto meio, a democracia opera como estilística voltada à limitação de quaisquer desvios monopolistas de poder, promovendo seu controle. Enquanto fim, expressa-se na apropriação, por parte do organismo social das estratégias necessárias a sujeição para o desenvolvimento do governo da vida.

O pensamento antropocêntrico de final da Idade Média, conjugado ao lema “*égalité, liberté et fraternité*” apregoado pela Revolução Francesa, bem como pelo cientificismo produzido pela Revolução Industrial, permitiu revisitar a democracia grega e incorporá-la às novas vivências, necessidades e ideologias do mundo ocidental. Alguns pontos acerca destes episódios que ocasionaram a adoção da democracia como governo tido como ideal devem ser ressaltados e serão explicitados nos recortes a seguir desta dissertação, a fim de esclarecer as práticas e saberes que se tornaram possíveis para a retomada da democracia e revelar os efeitos de poder produzidos.

2.1.1 A morte do sujeito transcendental

Após a Idade Média e o Estado Absolutista, o pensamento antropocêntrico possibilitou uma arquitetura argumentativa acerca do homem e sua essência natural, colocando o ser humano como entidade central de estudos, impulsionando a construção das diversas áreas de saber – como áreas da saúde, ciências sociais e humanas. Apresentou também, acidentalmente, uma dualidade do sujeito, como sendo o sujeito que produz conhecimento, ao mesmo tempo que se é o objeto deste conhecimento.

Foucault em “As Palavras e as Coisas” (1999) aponta que esta noção do homem em sua dualidade é uma criação discursiva, compreendendo que o conhecimento da constituição humana se refere à época a qual o constituiu, considerando seus corpos, culturas, políticas e vivências de uma dada sociedade em seu determinado tempo histórico. O filósofo francês denunciava esta noção de natureza humana construída a fim de constituir formas discursivas de ser, de pensar e de agir do sujeito. É neste sentido em que Foucault decreta a morte do sujeito.

A todos os que pretendem ainda falar do homem, de seu reino ou de sua liberação, a todos os que formulam ainda questões sobre o que é o homem em sua essência, a todos os que pretendem partir dele para ter acesso à verdade, a todos os que, em contrapartida, reconduzem todo conhecimento às verdades do próprio homem, a todos os que não querem formalizar sem

antropologizar, que não querem mitologizar sem desmistificar, que não querem pensar sem imediatamente pensar que é o homem quem pensa, a todas essas formas de reflexão canhestras e distorcidas, só se pode opor um riso filosófico — isto é, de certo modo, silencioso. (FOUCAULT, 1999, p. 473)

Foucault problematiza o saber humano como produção de discurso o qual apresenta-se como uma rede infindável de práticas e constituições para instaurar uma preocupação discursiva para com o sujeito. A questão em debate não se centrava propriamente na existência ou inexistência de um sujeito do conhecimento, mas nas operações de subjetivação as quais o sujeito se constituía e atuava no interior de um campo de forças e saberes. O pensamento antropocêntrico, nesta dualidade do ser como produtor e produto do conhecimento, potencializou o detalhamento e afunilamento da forma de existir humana, estabelecida no saber do homem como efeito do discurso.

Desta perspectiva, a democracia atual a partir de um pensamento antropocêntrico de valorização do eu, e de que o indivíduo se subjetiva no discurso, torna-se sujeito, como diz Foucault (1988), às formas de regulação de comportamentos. A uniformização pelo *ethos* dominante na democracia moderna consiste em um elemento de interdição, que age sobre o indivíduo não pela força, mas como efeito de subjetivação, onde são definidos aquilo que deve e aquilo que não deve ser classificado como normal e desejável; a hipótese repressiva emerge, neste período, como a forma em que a modernidade age a fim de subjetivar formas de se ser dentro do registro intitulado como natureza humana.

2.1.2 Cientificismo: a delimitação do discurso

A Revolução Industrial, por sua vez, apresentou-se como um marco para o desenvolvimento do capitalismo e cientificismo. Neste acontecimento marcante houve a valorização da produção do conhecimento científico a fim de impulsionar a industrialização, demandando mão de obra qualificada, base teórica especializada e métodos para expansão de capital. Neste sentido, tal evento contribui com a democracia moderna pela possibilidade de aumento da eficácia e controle de qualidade para uma efetiva afirmação da racionalidade do sujeito – antropocêntrico, o qual é o centro do discurso devendo criar condições de ser voltadas ao progresso humano – e racionalidade econômica – o capitalismo, com promessas de

dessacralização da lógica de autoridades privilegiadas, apoiando-se em um ideal meritocrático.

A democracia neste cenário foi essencial para a adesão de um sujeito individualizado, autor e produtor do conhecimento que deverá conduzir a sociedade à ordem e ao progresso como forma de afirmação da existência do modo de ser para esta nova sociedade industrial. Foucault, em “O que é um autor” (1969), repreende a subjetividade moderna presa a esta noção de autor. Ao longo deste ensaio, Foucault ressalta a importância de se desconstruir a figura do autor como suporte do sujeito do conhecimento em que a sociedade ocidental moderna se baseia, compreendendo o autor como efeito do discurso o qual possui a capacidade de controle e delimitação do discurso. Em tal estudo, ao reportar-se à antiguidade greco-romana discorre acerca da escrita como forma de preservar a imortalidade dos heróis; no entanto, reconhece que:

(...) a nossa cultura metamorfoseou este tema da narrativa ou da escrita destinadas a conjurar a morte; a escrita está agora ligada ao sacrifício da própria vida; apagamento voluntário que não tem de ser representado nos livros, já que se cumpre na própria existência do escritor. A obra que tinha o dever de conferir a imortalidade passou a ter o direito de matar, de ser assassina de seu autor. (FOUCAULT, 1984, p.793)

Percebe-se que o autor, então, possui funções determinadas, a saber: a de produzir efeitos discursivos e de conferir legitimidade ao discurso.

A democracia, ao corroborar-se no cientificismo, produzido pela necessidade capitalista industrial então em vigência, possibilitou a incorporação da circulação da verdade determinada cientificamente, ampliando a interdição e controle das existências discursivas outras, e validando enunciados que devem ser aderidos e os que devem ser sacrificados. A democracia ora em vigência associa-se à forma como a sociedade se fustiga nas promessas de progresso econômico e pelo controle dos desvios de conduta.

2.1.3 Igualdade ou aniquilamento da diferença?

A Revolução Francesa, impulsionada pela inquietação gerada pelo pensamento antropocêntrico e pela incipiente Revolução Industrial, visava redefinir as relações aristocráticas de poder da época apoiando-se no lema *égalité, liberté et fraternité*. Este fato também se assenta na base democrática moderna e revela

convergências na possibilidade de uma vida para todos na medida em que a *égalité*, remete ao direito de igualdade, que não se refere a uma homogeneidade, mas sim na possibilidade de diversas identidades coexistirem. Neste sentido, a igualdade está intrinsecamente ligada às relações de poder, pois que esta é um resultado de lutas, onde o poder exerce influência sobre a definição do que se considera como igual e o que se considera como outro, como diferente. Em seguida, a *liberté* é um efeito das próprias relações de poder e, também, uma condição de possibilidade da própria ação política – o poder somente é exercido por sujeitos livres, e a liberdade se faz como prática de resistência, na possibilidade de luta numa governamentalização. Por fim, a *fraternité* nesta rede de forças que se permeiam governamentalmente, embora possa ser positiva em certas relações de disputa, também pode ser usada a fim de reforçar o controle soberano sobre o povo, na sujeição de uma população cidadã. A descontinuidade à esta tríade “igualdade, liberdade e fraternidade”, determinada pela Revolução Francesa, está no fato do lema disfarçar as relações de poder e formas de subjetivação próprias da governamentalização.

Em “Vigiar e Punir” (1975), Foucault anuncia as mudanças de governo na sociedade moderna, mudanças as quais visavam instituir além das mutações na legislação, mas instituir uma nova forma de controle social, em que não se era necessário o espetáculo punitivo que investia sobre o corpo punições arbitrarias, mas visava-se adestrar o corpo, fabricando corpos dóceis. Para tratar desta transformação punitiva dos Estados modernos, Foucault (1975) apresenta a era disciplinar com o maquinismo de inspeção, de vigilância e de controle dos corpos, sendo este o panoptismo.

(...) Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinar. (FOUCAULT, 1975, p. 174-1975)

O panóptico apresenta-se como dispositivo de vigilância, o qual visa disciplinar, ordenar, fixar os sujeitos em seus espaços dentro de uma nova relação de forças. Com esta perspectiva, essa tríade democrática se faz no encarceramento do outro. Este lema da Revolução Francesa, ao ser incorporado ao Estado Democrático moderno, entende-se num sentido de perda, perda de igualdade como algo digno da

subjetividade do ser; perda da liberdade como afirmação da existência do outro; perda da fraternidade como possibilidade da coexistência de outras formas de ser.

Nessa lógica, a constituição de Estados Democráticos perpetua uma relação fiel à igualdade como constituição a homogeneidade, a liberdade como controle de corpos numa governamentalidade, e fraternidade a partir da captura e definição do que é considerado igual. Com isto, tais Estados originam suas ações propondo a fusão do ser para um discurso já definido – evento este viabilizado pelo antropocentrismo e cientificismo, como visto anteriormente – a fim de formatar homotopias por meio de políticas de adequação social e aniquilamento da diferença. Estabelece-se uma relação de *polícia* e não de *política* – Rancière (1996b) diferencia estes termos explicando que aquele diz respeito a processos de consentimento os quais se baseiam na vigilância e repressão para manutenção da ordem; já este manifesta-se no dissenso que perturba a ordem da polícia a fim de inscrever uma forma heterogênea.

Para o convívio democrático, dizem seus defensores, é preciso compreender o outro, tolerar o outro em sua diferença. [...] Uma atitude de tolerância não significa o respeito à liberdade do outro, mas justamente seu afrontamento, na medida em que escolho, por mim e por ele viver em um mundo tolerante. (GALLO, 2008, p.6)

A presente democracia ao basear-se no lema da Revolução Francesa oportunizou o pensar em um outro, o qual deve ser incluído a uma rede assistencial e governamental pré-estabelecida, determinada discursivamente; uma parte que não pertence a um todo, a qual deve ser encaixada, modificada, ajustada. Portanto, a democracia, a partir desta tríade, ocasiona a aplicação de políticas iguais a todos a fim de gerar uma descamação do ser em sua singularidade para se condicionar a um mundo dominante estruturado tolerante, e “(...) o outro permanece como representação e tende a ser apagado, eliminado ou, ao menos, tratado com indiferença.” (GALLO, 2008, p.6).

2.2 A democracia como instrumento regulador da biopolítica

A conjugação dos três elementos mencionados anteriormente – o antropocentrismo, o cientificismo, e a tríade *égalité, liberté et fraternité* – forjaram caminho não apenas para a instalação da democracia moderna no mundo ocidental,

mas também construiu a emergência da democracia com as estratégias de poder que deram forma ao que diz respeito a sua inquestionabilidade.

Retomando o pensamento de Foucault (2011) acerca da *parrhesia*, compreende-se que o embate de *ethos* distintos produz uma diversidade qualitativa acerca do discurso e uma sujeição quantitativa a um determinado discurso, a fim de uma isonomia política. A retomada moderna da democracia desenvolveu-se enfrentando a dicotomia entre preponderar um em detrimento ao outro, a saber, valorizar o governo da maioria e tolerar – ou apagar, como visto em Gallo (2008) – aqueles grupos minoritários. Nesse sentido, a democracia moderna, no Mundo Ocidental, para Foucault (2011), lida não apenas com a dicotomia retratada, mas, também, com a disputa pelo *ethos* que terá ou não condições de assumir o poder de fala na vida pública e tolerar o outro, desenrolando no ato de governar a vida, por meio de dispositivos do biopoder, a partir da determinação do *ethos* dominante.

A biopolítica, conforme conceituada por Foucault (2022), refere-se a uma forma de racionalidade governamental que tem por finalidade a gestão da vida da população e a otimização de seu funcionamento; trata-se de um modo de governo no qual os corpos assujeitam-se a determinadas normas e práticas, de modo que a população possa manter-se em constante aperfeiçoamento. Nesse contexto, ocorre um processo de seleção discursiva, isto é, da definição de quais estilos ou formas expressivas devem adquirir centralidade política, configurando, assim, uma discursividade dominante que orienta e legitima as estratégias de governo da vida. E para o funcionamento deste maquinismo, as tecnologias de biopoder são lançadas à população para disciplinarizar os corpos à isonomia biopolítica, lançando-os a instituições que visam alinhar o sujeito às determinações da *parrhesia* tida como dominante.

Ainda a despeito da centralidade discursiva na biopolítica esta se configurou na medida em que a modernidade buscou racionalizar as problemáticas postas pelos próprios fenômenos viventes constituídos em população, o que se configurou como direitos individuais e sociais numa perspectiva constitucional. Esta razão de Estado visava otimizar sua constituição como soberania tornando a vida mais numerosa e mais ativa em seu funcionamento. A racionalidade da prática governamental implica, então, na maximização ótima do exercício do governo, deparando-se, como visto anteriormente, no governo como meio e finalidade de alcançar eficiência no exercício de poder, presente numa complexa relação micropolítica e macropolítica. Foucault

(2008) ao tratar da governamentalização dos Estados, que propõem o exercício do poder sobre a vida de grupos populacionais, retrata a ampliação das práticas de governo, que podem destinar-se em esfera micropolítica – seja no próprio governo de si, ou nas relações interpessoais que regem condutas e tratos sociais – ou em esferas macropolíticas – presentes nas ações de poder institucionalizadas.

Tal racionalidade de poder introduz um ideal voltado à conformação de um sujeito unívoco, cuja existência se articula à evolução da sociedade moderna, porém circunscrita à lógica da governamentalidade neoliberal. A biopolítica opera mediante o biopoder, entendido como o exercício do poder sobre a vida, que visa disciplinar os corpos e assujeitá-los a uma estilística dominante, de modo a intensificar o funcionamento do maquinismo do capital pela captura da vida, orientando-a à produtividade, à eficiência e ao consumo demandados por essa racionalidade neoliberal.

Os Estados Democráticos, que adotam políticas neoliberais, fornecem dispositivos para exercício do governo com o olhar assistencialista para um ajustamento social àqueles corpos detentores de discursos que se desviam da padronização isonômica, propondo como recurso democrático a aplicação de políticas de igualdade e inclusão por meio de ações públicas satisfacientes e não otimizantes¹ – ações estas desenvolvidas pela administração pública que propõem que a qualidade da aplicação de recursos públicos está no fornecimento de serviços a nível de satisfação econômica, e não à otimização para o aprimoramento da vida da população. Essa governamentalidade neoliberal assumida pelos Estados Democráticos ressaltam a ideia de inclusão a todos em uma racionalidade dominante moderna e que implica, de acordo com Foucault (2022) no processo de subjetivação de um ser *homo oeconomicus*. Nesse sentido, referidas ações públicas lançam mão de políticas satisfacientes as quais propõem acesso a recursos e espaços que são direitos de todos – como acerca da educação há a universalização do acesso às instituições de ensino, as políticas públicas de acessibilidade, as políticas de inclusão,

¹ Referidas ações públicas satisfacientes e não otimizantes provêm do pensamento administrativo neoliberal, baseado no *behaviorismo*, o qual critica a utopia pelo encontro de uma solução ótima que gasta recursos infinitos em busca de *optimizing*. A teoria administrativa neoliberal – a qual se pautou o Estado Democrático brasileiro – prega que os administradores devem propor soluções *satisficing*, que atendam critérios mínimos aceitáveis, a partir de uma “racionalidade plena” que potencializará a eficiência administrativa, visando lucro, utilidade e produtividade. Os termos “satisfacientes” e “otimizantes” são, por vezes, revisados em obras da Psicologia Organizacional e em temáticas acerca do comportamento administrativo para empresas.

entre outras políticas; no entanto, são políticas às quais não visam a otimização da afirmação destes corpos nestes espaços, havendo a ausência de recursos políticos, educacionais e culturais os quais possam assegurar a sua permanência e a afirmação da existência de corpos minoritários nestes espaços, deixando-os vulneráveis ao mesmo tempo em que os submetem ao discurso meritocrático. O olhar assistencial de fornecer igualdade política visando a inclusão de todos os corpos à uma racionalidade dominante é disposto contanto que cada sujeito se auto-otimize na luta por sua existência dentro deste jogo governamental, sob condição de que se descame de suas diferenças singulares e de suas lutas sociais e históricas a fim de ser incluído em um mundo que, governamentalmente, regula a vida. Com tal subterfúgio transforma-se os sujeitos sociais em objetos inertes, retira-lhes a capacidade singular, sua pulsão vital, em prol de uma pseudo isonomia social, aplainando as inscrições de suas diferenças.

Sob urgência vivenciada no Estado brasileiro por construção de um Estado Democrático, a governamentalidade democrática (GALLO, 2020) insurge o governo – tanto micro, quanto macro – daqueles vistos como *menores cidadãos* – ora tratados como em “situação irregular”, ora considerados como em “situação de risco ou de vulnerabilidade” – vistos como risco aos estriamentos do maquinário governamentalizado, devendo ser educados, inseridos e domesticados por meio de constante vigilância, a fim de se proteger, não o dissidente, mas sim o aparelho Estatal.

Percebe-se uma mudança radical: com o princípio da *situação irregular* atribui-se ao indivíduo essa condição, como se a sociedade nenhuma responsabilidade tivesse; já com o princípio da *situação de risco ou de vulnerabilidade*, reconhece-se que se trata de uma condição social e que o indivíduo deve ser protegido – e não punido – pelo conjunto social. Esse deslocamento, porém, realimenta uma lógica diagnosticadora da necessidade de intervenção estatal em contextos sociais em que as crianças ou adolescentes são privados de algum – ou alguns – de seus direitos, com o intuito da suposta proteção integral. Todos são chamados a defender a criança e o adolescente e a denunciar quaisquer tipos de violência ou negligência de direitos. Todos são convocados e podem falar em nome dos jovens, que são chamados a protagonizar suas próprias histórias de vida, desde que essas narrativas sejam mediadas por algum tipo de tutoria, que pode ser do professor, do assistente social, do psicólogo, do policial, da defensoria pública, do conselho tutelar... (GALLO, 2020, p.7)

Com o propósito de exercer o biopoder, a constituição de Estados Democráticos veio à tona como regulação, de forma legislativa, da vida. A partir da construção de Estados Democráticos que esta regulação da vida foi penetrada em

formas de intervenções que excluem medidas particulares, mas constitui o sistema mais eficaz de economia governamental. Não se trata, neste momento, de visualizar este cenário como codependência entre poder e governo, mas da formação de meios pelos quais a governamentalidade na modernidade se constituiu apoiando-se no “Estado de Direito”, com seu sistema representativo, como exercício de indução à uma razão de governo pelo exercício do poder. Para tal finalidade, Foucault (2022) explicita a dualidade existente na ideia de liberdade dentro desta governamentalização biopolítica, onde há a via axiomática revolucionária – em que os direitos humanos, por parte, corroboram para fundar o poder soberano – e a via radical utilitarista – em que há a definição do limite de competência do governo e a esfera de independência dos indivíduos. Vê-se na razão governamental a determinação de *ethos* os quais são postos em ação em seus procedimentos e intervenções para que a conduta dos corpos seja conduzida.

A partir da modernidade, a emergência da economia política e a introdução do princípio limitativo na prática do governo, ocorre – com essa dualidade na ideia de liberdade – uma transformação na forma de exercer o poder, a saber, os sujeitos de direito, antes apenas alvo do poder soberano, passam a ser concebidos como povo a ser administrado – marcando o ponto de partida daquilo que a análise foucaultiana intitula de biopolítica. Este cenário inaugura uma nova racionalidade governamental, cuja expressão mais ampla se manifesta no neoliberalismo, entendido como o enquadramento geral da biopolítica. Logo, o neoliberalismo emerge como uma crítica à figura de um governo em excesso, o qual é marcado pela inflação dos aparelhos estatais, pela burocratização e pelo endurecimento dos mecanismos de poder; tal crítica se desdobra na valorização lógica da concorrência no campo econômico, e na expansão da racionalidade do mercado para esferas consideradas não econômicas – como a ideia de formação do capital humano. Urge-se uma racionalização de uma população que acreditem liberais, como cidadãos livres, participativos e crentes em serem centrais em um jogo democrático, sendo que em verdade se vivencia, na realidade brasileira, aquilo que Gallo (2013) intitula de governamentalidade democrática.

A maquinaria de uma governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade civil organizada, face ao Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa

população como dever do Estado; e, por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política. (p.204)

Essa governamentalidade democrática corrobora o entendimento de que o governo – compreendido como os atos e instrumentos de governo os quais são utilizados a fim de reger a conduta dos sujeitos – não poderia ser sua própria finalidade, mas está como uma forma pela qual há o exercício do governo, por meio da racionalização que obedece a premissa de *fazer viver e deixar morrer* como princípio biopolítico. É uma forma de governamentalização que se constitui como conjunto de minorizar a relação com a vivência de excesso de governo, mas intervir, a fim de produzir, multiplicar e garantir subjetivações que são necessárias à biopolítica, adotando instrumentos de vigilância e intervenções sociais que procuram ampliar a governamentalidade neoliberal.

Vê-se com este processo biopolítico que a democracia aparece como estratégia nesta governamentalidade neoliberal, na medida em que as ações públicas são utilizadas a fim de acolher mais corpos à biopolítica, com o uso de ditos de segurança e disciplinarização para assujeitar padrões majoritários a essa racionalidade dominante. Nessa dissertação, a democracia apresenta-se como aparelho de controle e vigilância sobre os indivíduos, subjetivando-os à uma disciplinarização voltada a esta regência biopolítica, mas também sobre os indivíduos que fogem da normatização exigida pelo governo da vida, como uma espécie de governo das diferenças (Pagni, 2019).

Nesse cenário biopolítico, tem-se a democracia como pressuposto de inclusão a uma participação dentro deste jogo da vida, mas também regula e classifica aqueles sujeitos que detém centralidade e aqueles sujeitos que devem ser lançados à margem da biopolítica, detentores de *ethos* minoritários; resulta-se assim não apenas no controle da vida neste cenário governamental, como também no controle da morte dos corpos os quais não aderem à governamentalização neoliberal. Para referido controle, a biopolítica utiliza dispositivos de segurança – que visam gerenciar o controle da vida da população – e disciplinares – que buscam moldar o corpo e a subjetividade por meio da vigilância e imposição de normas – nas quais procedem este processo de sujeição à governamentalidade regente.

Por um lado, o discurso democrático encaminha-se para o coletivo, para a possibilidade de uma vida para todos, de participação de todos no âmbito político,

todavia, as ações públicas estabelecidas são de acolhimento ao biopoder, socorrendo-se de espaços disciplinarizadores – como a escola – para manter padrões de subjetivação de uma racionalidade preponderante, assujeitando os indivíduos a uma essência super obediente ao funcionamento do maquinismo neoliberal. Essa super obediência é vista em Frédéric Gros (2018) como fundamental para o jogo biopolítico a fim de preparar o cidadão para a aceitação do estado de coisas existente na sociedade que este não concordaria – aqui está o papel fundamental da escola dentro da biopolítica, o de educar para a resignação política (p.30). Além disso, o discurso democrático com seu caráter inclusivo fomenta o controle e vigilância daqueles corpos que escapam da normatização exigida pela governamentalidade neoliberal, na medida em que mantém os grupos minoritários e indivíduos desviantes como sujeitos marginalizados, dependentes do assistencialismo e governo satisfacente daqueles que supostamente detém o conhecimento, ou ainda, resulta-se não apenas no controle da vida daqueles corpos indesejados em uma sociedade como a nossa, mas também no controle da morte destes que escapam da norma governamental, sendo lançados a uma tanatopolítica². “Não se trata, portanto, de uma ampliação da participação do povo mais pobre nem da população que necessita de assistência para seu governo biopolítico, muito menos na cena pública e na vida política” (PAGNI. 2023. p. 97), mas sim da integração de corpos desviantes a uma relação de um Estado mínimo para com a população, máximo para os agenciadores do capital financeiro.

Esta relação mínima do Estado como forma estratégica do processo de biopolítica e tanatopolítica permite o seu alijamento para com a população. Dessa perspectiva, a governamentalidade neoliberal se constitui no processo de subjetivação do *homo oeconomicus*, tendo a escola como uma instituição de regulação da racionalidade governamental, cujo propósito fundamental passa a ser o de ensinar a obedecer sob a expectativa de constituir cidadãos cômicos de sua existência na sociedade e nos destinos das instituições. No caso do Estado Brasileiro, Gallo (2020) considera que para alcançar uma governamentalidade democrática as suas técnicas de governo se destinaram a assujeitar o indivíduo, tornando-o cidadão capaz de

² Termo visto por Esposito (2010) que refere à subjugação da vida ao poder da morte. Contrasta-se com a ideia de biopolítica, já que esta diz respeito ao poder da vida, e aquela trata da face negativa de quando a preservação da vida, por meio da ansia por imunização, se converte em poder de morte, ao negar a própria vida qualificada – *bíos* – reduzindo-a à mera sobrevivência – *zoé*.

governar-se – pautado na modulação da racionalidade neoliberal – e admitindo ser governado por políticas e maquinários institucionalizados. Afinal, diz o autor: “(...) se o Estado almeja governar a todos os cidadãos, de modo participativo, é fundamental que ninguém fique fora da esfera do governo. Estar excluído equivale a não ser governado” (p. 10). Reconhece-se, ao longo das obras de Foucault, diversas instituições, dentro do aparato democrático, as quais fazem parte deste jogo biopolítico com a finalidade de assujeitar corpos à governamentalização – como presídios, hospitais, fábricas e escolas – no entanto, a presente dissertação se deterá à escola como uma dessas instituições de regulação a esta racionalidade, sendo fundamental ao maquinismo biopolítico.

2.3 A escola democrática

A democracia que emerge no cenário político se fundamenta como estratégia biopolítica de regulação da vida da população – compreendida, por Foucault (2008), como objeto da governamentalidade, a qual se submete à regulamentação social para formação de um corpo social governável – exige a participação ativa desta na vida em todos os âmbitos seja político, econômico, social, para a regência da racionalidade neoliberal ora dominante. Para tanto, esta máxima ultrapassa a ideia institucional de governo, mas se instaura como forma de ser.

Nesse sentido, faz-se necessária a configuração de sujeitos voltados a manutenção dessa governamentalidade neoliberal, supostamente democrática, e com tal propósito o processo de subjetivação faz-se relevante na medida em que propõe o processo contínuo de formação do sujeito nos moldes de relações de poder e práticas essenciais para o funcionamento de normas e valores discursivos neoliberais. A escola passa a exercer aí um papel fundamental como instituição reguladora dessa racionalidade, reforçando práticas de obediência e técnicas de adaptação a essa lógica dominante. Com essa finalidade, a educação é instituída como direito social fundamental ao povo, sendo um direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade (BRASIL. 1988). Ao ser contemplada como direito *de todos*, a educação adquire o olhar sobre a individualidade do sujeito, com a finalidade de garantir seu acesso e oportunizar a inclusão neste jogo biopolítico.

O *comum* é um conceito genérico que abrange um grupo, uma classe e mesmo uma sociedade. O *comum* não faz a especificação que circunde, que

atinga a um indivíduo, mas abrange *todos os indivíduos* daquela categoria. Por sua vez, o pronome *todos* se refere a cada indivíduo, abrindo-se a uma especificação de modo que ele possa ser considerado em sua *singularidade*. Desse modo, quando a Constituição estabelece a educação, no art. 6º como *direito social*, ela está disposta como que voltada para o *comum*, isto é para o sujeito social e civil, componentes de um gênero comum, no caso, a cidadania. E, quando o art. 205 a coloca como *direito de todos*, sem discriminação, ela atinge a cada *indivíduo* na sua identidade. (CURY, 2022, p.5)

Destarte, a educação, ao ser determinada como um direito *comum* e de *todos*, impulsiona a tentativa do Estado em homogeneizar os sujeitos políticos – voltado a formação de um *comum* obediente a um *ethos* dominante – por meio da garantia de dispositivos que prometem assegurar a singularidade do indivíduo – voltado ao *todos*, com caráter individualizado meritocrático. Para este propósito, há uma série de recursos institucionais e políticos, os quais buscam concretizar esta educação democrática e a isonomia política. Incluem-se, para tal finalidade, as estruturas que proporcionam ao educando alimentação, saúde, transporte, lazer, entre outros recursos essenciais à vida humana. A proposta de uma educação democrática se faz, na biopolítica, em garantir uma malha assistencial – com interdisciplinaridade de profissões e saberes – ao sujeito escolar que possibilite igualdade de condições – questão esta já vista em sessões acima da presente dissertação – para que o sujeito se descama de si, de sua racionalidade e cultura, e se assujeite a uma modulação dominante para que se desenvolva uma relação docilizada com o seu corpo, isenta de qualquer atitude ética que articule o seu modo de ser ao discurso que pronuncia na esfera pública – em outras palavras, sem qualquer vínculo *parrhesiástico*.

A necessidade de uma população docilizada, assujeitada e acrítica a este cenário – e do povo, compreendido como o corpo que escapa do governo e habita as margens, sob o controle não da política, mas da polícia (RANCIÈRE, 1996b) – se concretiza com o auxílio de uma educação escolar democrática. É fato que as escolas possuem papel fundamental à governamentalidade neoliberal neste jogo biopolítico. A escola democrática apoia-se na premissa de assegurar a inclusão, a participação, o acesso de todos a um processo disciplinar, reduzido ao ato de ensinar a obedecer, sendo um processo estratégico de condução da vida dos sujeitos a partir da captura de seus desejos individuais, por desejar-se ser incluído a esta malha governamental.

“A obediência cega prepara o futuro sujeito político para a aceitação das leis com as quais ele não concordaria. Educa-o para a resignação política.” (GROS, 2018, p.30). Como revelado nesta dissertação, não é um governo proveniente de todos e,

tampouco, um governo para todos, mas assume-se este ideal democrático com o intuito de servir à governamentalidade neoliberal e classificar, anular e exterminar vidas outras que escapam a utopia dominante. A discussão de uma escola democrática, a qual visa a inclusão de todos para formar cada ser em cidadão, nesse registro da racionalidade neoliberal, implica em processos que fomentem um sujeito ativo politicamente, cuja estratégia de se camuflar uma luta política de vida e morte, resultem na fórmula: “(...) uma vez cidadãos, eles podem ser governados, ter suas condutas conduzidas segundo os mesmos preceitos gerais, reafirmando e valorizando a soberania nacional” (GALLO, 2017, p.1515). Nesse contexto, a escola – mesmo quando se pretende retoricamente democrática – reitera e colabora com esse processo ao transformar-se em um espaço de assujeitamento a essa governamentalidade neoliberal e para aquele outro que não se assujeita, sobretudo aqueles em cujo corpos se inscrevem as diferenças, a reação é de perseguição e ódio, expondo-os à própria sorte e à constante insegurança.

A escola, como instrumento desta governamentalidade, tende a tratar os sujeitos como objetos a serem governados, numa relação de captura do desejo por afirmação do ser para o se ser pertencente a uma malha governamental, estabelecendo uma relação de inconciliação do *eu* e do *outro* propondo uma representação do outro com o mesmo, logo, negando a diferença. Gallo (2008) expõe esta questão ao dizer que:

Quando falo do outro, não falo senão do eu, de como eu o represento. E resta que o outro nada mais é do que uma ficção, um produto de meu pensamento. Assim, o educador que planeja sua ação para os outros não tem em mente ninguém mais do que ele mesmo. Ele educa à sua semelhança, sendo o outro uma representação sua. Ele define, de antemão, o outro como o mesmo. (p.7)

O que se vê, então, nesta vida de representações é a dominação afirmada pela *tolerância* (GALLO, 2008) ao outro; é a possibilidade de uma parcela de visibilidade e participação de *todos* (CURY, 2022) sem a retirada dos marcadores que causam esta representação do outro como diferente do *eu* que impossibilita a formação de um *nós* coexistindo em suas singularidades. A educação democrática trata-se, a partir da atual análise, da universalização e inclusão de corpos neste mundo silencioso e tolerante. É uma relação de um Estado mínimo para com a população. Uma educação mínima. Uma ética mínima.

A escola democrática, então, acentua a biopolítica na medida em que tende a apresentar-se como instituição a qual gere uma governamentalidade neoliberal,

marcada pelo anseio de controle e captura de subjetividades que se ancoram na padronização da sua majorização dominante neoliberal, nutrindo uma subjetivação a uma super obediência a certa política de morte. Esse processo é entendido aqui pela redução da existência a uma vida narcísica, um subjetivar-se a uma identidade não humana, mas maquínica como um processo de dominação voltado a uma satisfação concedida pela efetuação da pulsão de morte. Além disso, a democratização da escola neste jogo biopolítico se faz não apenas incluindo, além da população, o povo nesse culto à pulsão de morte; mas também se dá em compreender a singularidade dos corpos a fim de aniquilar o indivíduo que escapa desta governamentalidade – não se situa apenas num registro de controle da vida, ou melhor, biopolítica, mas também no controle da morte, ou seja, tanatopolítica.

Nesse cenário, não se propõe um espaço, uma vida, um discurso democrático, com fundamento em um Bem-Estar Social, mas de manter requisitos mínimos para a governamentalização e regulação a este “jogo”, em proteção à racionalidade neoliberal. A democratização da escola, tal como posta no âmbito de tal governamentalidade, reduziu-a ao utilitarismo econômico e a adequação do sujeito ao propósito de domínio e submissão. Dessa maneira, inserem-se os sujeitos em um jogo empreendedorístico em que se aniquilam aqueles que não se submetem a isonomia da política neoliberal, revertida na normatização dos corpos e neutralização no que diz respeito às diferenças neles inscritas, provenientes dos *ethos* múltiplos ou de estilísticas que escapam a essa racionalidade.

A escola como órgão de vigilância e disciplinarização possui, neste cenário, o papel de ensinar a obedecer, a ser dócil a uma *servidão maquínica* (Lazzarato, 2015) para manutenção de uma vida eficiente ao mercado e propiciar adesão aos padrões de consumo e produção, além de formatar subjetividades abauladas, mínimas e menos válidas no processo biopolítico. Ao desfazer-se de sua responsabilidade otimizante, o Estado, conseqüentemente, torna as escolas mais dependentes do setor privado e acentua a imagem da escola reduzida a uma instituição prestadora de serviços, produtora de identidades acríticas com competências voltadas, quase que exclusivamente, à produção e ao consumo.

Para essa governamentalidade neoliberal, a escola é um espaço capturado para a produção da morte da própria educação em seu caráter criativo, na possibilidade do acontecimento, que se faz no movimento guiado pelo desejo vital, como ressalta Rolnik (2018), desejo este produzido por um devir da subjetividade que

se faz na diferença a fim de gerar algo novo; em contrapartida, a educação escolar sob esta governamentalidade neoliberal se vê em um processo de abuso da vida, ou melhor, num processo de cafetinagem que mantém a escola como ferramenta para este domínio, atrelando, por assim dizer, à biopolítica e à tanatopolítica.

Esse corpo dissidente, marginalizado por não se submeter a isonomia democrática neoliberal, que se move por pulsão de vida torna-se considerado sujeito incorrigível aos dispositivos disciplinares e impotente ao mercado, considerado por Foucault, em seu curso no Collège de France de 1975, de “anormais”. Àqueles tratados como sujeitos não ajustáveis estariam em um estado de não civilizado, ou seja, um estado de “selvageria” o qual necessita de uma instrução a adquirir passivamente um juízo governamental ao *ethos* dominante para transformar sua animalidade em humanidade.

Para a captura dessa selvageria, a escola como órgão disciplinar deve inserir os corpos a um espaço, dito aberto a recepção de todos, não para que se aprendam alguma matéria em si, mas para que se aprendam a obedecer de forma inocente, dócil e cega, a fim de tornarem-se cidadãos dignos a pertencerem ao jogo do poder da vida. No espaço escolar em que há a dualidade entre o corpo que não se ajusta a tal governamentalidade, e aquele corpo super obediente e assujeitado com a reprodução determinada pela governamentalidade neoliberal, cabe a reflexão quanto a inversão da monstruosidade, proposta por Gros (2015)³. Se são aqueles “anormais” os que têm seus corpos marginalizados por não se submeterem a uma política de conformismo a um mundo de *servidão maquínica* – expressão de Lazzarato (2015) que se refere a uma incapacidade de um agir reflexivo – a uma política democrática neoliberal, é pelo desejo de se humanizar que se desobedece. São àqueles que se submetem a manutenção deste cenário de monstruosidade destes Estados Neoliberais com docilidade, lealdade e credibilidade que corroboram com esta política de morte, elucidando aí uma contradição da democracia, a saber: a sua face totalitária.

A experiência totalitária do século XX evidenciou uma monstruosidade inédita: a do funcionário zeloso, do executor impecável. Monstros de

³ Gros (2015) argumenta que houve uma mudança no destinatário das punições, que antes se davam sobre os corpos considerados anormais, os que desobedeciam, tidos como incorrigíveis e monstros. A partir do julgamento de Eichmann, houve uma ruptura histórica, em que a punição se fez sobre os corpos que obedeceram. O autor esclarece: “Pode-se tomar, mas só de longe, o exemplo de Eichmann, coordenador frio, impecável, da máquina de morte que levou à destruição de seis milhões de judeus da Europa e que, na barra do tribunal de Jerusalém, não compreende nem mesmo que se conjecture sua condenação: ‘Não posso ser responsabilizado, pois não vejo por que eu seria punido por ter assinado seguindo ordens recebidas’” (p.31).

obediência. Refiro-me aqui à “segunda modernidade” porque a razão que regula sua conduta não é mais a dos direitos e dos valores, do universal e do sentido. É a razão técnica, eficaz, produtora, útil. A razão da indústria e das massas, da administração e dos escritórios. A razão gestora, a racionalidade fria anônima, glacial, impessoal do cálculo e da ordem. (GROS, 2018, p. 32)

No processo de subjetivação de um monstro obediente, a escola se apresenta também como um espaço vulnerável ao aprendizado da violência, ao insistir em manter a relação disciplinar e a relação entre escola, violência e conformismo. Há nesse cenário um culto à pulsão de morte não somente pelo assujeitamento a uma governamentalidade neoliberal ao descamar-se de si para tornar-se super obediente a monstrosidade dessa biopolítica; como também, há um culto à pulsão de morte destinados aos corpos em que, em vistas a manter sua organicidade, efetua as ações reativas violentas, conjuntamente ao endoço ou à enunciação de discursos de ódio que retroalimentam a tanatopolítica.

Dessa perspectiva, a escola neoliberal se situa como instrumento que potencializa a biopolítica, em sua capacidade de subjetivação dos padrões majoritários isonômicos ao *ethos* dominante, e também potencializa a tanatopolítica, ao tratar de uma morte – subjetiva, ou em certos casos, física – daqueles corpos indesejados a esta governamentalidade.

É nessa monstrosidade de uma escola democrática neoliberal, em que há a captura da potência de ser diverso, para instaurar um pertencimento nesta malha biopolítica que se faz “(...) cintilar, no fundo do lado do conformismo, o fantasma de um si liso, luminoso. E cada um, novo Narciso, mergulha para aí morrer.” (GROS, 2018, p.107).

3 A CAFETINAGEM DA ESCOLA DEMOCRÁTICA NEOLIBERAL

Foucault (1999) trata da política como meio de continuação de uma vida em guerra, a qual potencializa a disputa pelo poder por meio do governo dos corpos presentes na biopolítica e pelo uso de tecnologias de biopoder, as quais devem vigiar, disciplinar, ordenar e fixar os corpos a fim de que o *ethos* dominante mantenha-se em vigência. Nessa guerra cotidiana, travada em um Estado Democrático, a aliança à governamentalidade neoliberal apresenta-se pertinente com a finalidade de tonificar a máxima capitalista, construída na modernidade, de ampliar mercados, lucros, consumidores e trabalhadores dóceis.

A racionalidade neoliberal produziu o saber de que a liberdade só se constitui como real em uma economia livre, a qual sustenta a pluralidade e a concorrência em um mundo apresentado para todos. Nesse ponto é que o Estado democrático se alinha à governamentalidade neoliberal. O Estado democrático se declara múltiplo, plural, centrado na argumentação de que cada indivíduo pode se identificar com a sua diferença, pertencente a uma população governamentalizada, desde que produza uma liberalidade voltada ao mercado de concorrência de capital humano, mas que se assegure a uma moral conservadora de um *pater* que refugia o sujeito em aparelhos democráticos ditos acolhedores da individualidade, um refúgio e devaneio por anos dourados individualizados. Moral essa capaz de dar um sentimento de segurança às incertezas geradas na disputa e na insegurança sentida em não estar à altura de ser um vencedor e possuir a centralidade nesse jogo biopolítico.

Nessa perspectiva, os Estados Democráticos Neoliberais visam garantir a isonomia democrática, como já tratado nesta dissertação, utilizando dispositivos disciplinares e de segurança, com a proposta de governar a disputa quantitativa entre os *ethos* existentes favoráveis ao cenário neoliberal, e marginalizam as diferenças qualitativas, as quais ameaçam a vivência democrática neoliberal.

A aliança entre Estados Democráticos e Neoliberalismo, ora vigente, finda-se nesta necessidade de um povo obediente, submisso a governamentalidade neoliberal vigente, ajustado e acrítico a este cenário biopolítico. Trata-se de um discurso neoliberal que propõe que o sujeito se mantenha em estado de subcidadania, incapaz do autogoverno formatado em função de manutenção desta aliança.

As escolas neste contexto possuem papel essencial cujo propósito fundamental está em ensinar a obedecer ao *ethos* dominante neoliberal. Além disso, torna-se

fundamental compreender a pluralidade da escola democrática no âmago da governamentalidade neoliberal. Ainda que o espaço escolar se mantenha ancorado em regimes conservadores democráticos, a estratégia neoliberal opera não por via única de modelo disciplinar homogêneo, mas mobiliza a pluralidade como tecnologia de governo para modos de gestão que individualizam, isolam e segmentam os corpos.

Vê-se o sequestro da condição de cidadão do sujeito mantendo-o em condição de subcidadania – que deve ser disciplinarizado, civilizado, educado – a partir da manutenção de uma isonomia dominante. A liberdade econômica extrema, pregada pela doutrina neoliberal, exige grande flexibilidade do Estado e dos sujeitos para que os interesses econômicos capitalistas se façam dominantes. Dessa forma, a racionalidade neoliberal faz-se presente na própria limitação do Estado, mas ainda o obtêm como instrumento necessário para manutenção dessa política.

No neoliberalismo, por sua vez, o Estado deixa de ser pensado como um fim em si mesmo e passa a ser concebido como um regulador minimalista do mercado como tal. Assim, não faz mais sentido que ele possua grandes empresas, o que geraria uma competição desleal com a iniciativa privada. Sua função passa a ser aquela de proteger o mercado, tanto pela reformulação de leis quanto pelo monopólio do uso da força. (SAFATLE, JUNIOR, DUNKER. 2021. p. 264-265)

Essa limitação do Estado em suas ações ocasiona a redução da responsabilidade do governo com a população e o permite gerir a biopolítica, mantendo a gestão do mercado em sua constituição como poder soberano e exercendo o governo sobre a vida daqueles corpos que são submetidos à obediência a este cenário e aqueles corpos que são lançados à margem, por não se adequarem às exigências da racionalidade dominante. Nesse sentido, a racionalização neoliberal parte do postulado de que o governo – em todo seu aparato que consiste em reger a conduta dos homens por meio de seus instrumentos legais – realiza seu exercício de poder visando maximizar seus efeitos biopolíticos diminuindo ao máximo o possível custo – tanto em seu sentido político quanto econômico.

Em outra chave de leitura, pode-se argumentar que a governamentalidade neoliberal implica na correferência entre instrumentalizar aparatos Estatais Democráticos, por meio de dispositivos voltados ao governo da vida dos corpos, que implicam a maximização ótima do *ethos* neoliberal. Com isso, vê-se uma mudança de eixo da base econômica capitalista – como forma de exploração da força de trabalho para extração da produção – mas transfigura-se em uma versão de cafetinagem, como expõe Rolnik (2019):

Se a base da economia capitalista é a exploração da força de trabalho e da cooperação intrínseca à produção para delas extrair mais-valia, tal operação – que podemos chamar de “cafetinagem” para lhe dar um nome que diga mais precisamente a frequência de vibração de seus efeitos em nossos corpos – foi mudando de figura com as transfigurações do regime ao longo dos cinco séculos que nos separam de sua origem. Em sua nova versão, é da própria vida que o capital se apropria; mais precisamente, de sua potência de criação e transformação na emergência mesma de seu impulso – ou seja, sua essência germinativa –, bem como da cooperação da qual tal potência depende para que se efetue em sua singularidade. A força vital de criação e cooperação é assim canalizada pelo regime para que construa um mundo segundo seus desígnios. Em outras palavras, em sua nova versão é a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência, suas funções, seus códigos e suas representações que o capital explora, fazendo dela seu motor. Disso decorre que a fonte da qual o regime extrai sua força não é mais apenas econômica, mas também intrínseca e indissociavelmente cultural e subjetiva – para não dizer ontológica –, o que lhe confere um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater. (ROLNIK, 2019, p. 32)

Dessa perspectiva, a governamentalidade neoliberal por meio da aliança à Estados Democráticos estabelecem uma relação de cafetinagem, em que, pelo desejo de governar sobre a vida, estabelece esta apropriação da própria pulsão vital como capacidade de potência, de coexistência e de criação do novo. Essa perversão governamental, como apontado em outros momentos desta pesquisa, também é sentida no cenário escolar retirando-se-lhes sua potência, configuração e pulsão vital. Cabe aqui a investigação desse suicídio existente no meio escolar, a fim de compreender as práticas e saberes os quais colaboraram para a constituição dessa instituição como instrumento para a regência da governamentalidade neoliberal, vejamos a seguir, de modo parcialmente genealógico, a reflexão de como a escola chegou a ser esse espaço capturado para esta governamentalização.

3.1 O leilão da escola democrática neoliberal

É fato que a escola possui papel relevante para a biopolítica, como discursa Foucault (1975), não apenas como estratégia de regulação e inclusão social em um *ethos* dominante – recurso este já visto nesta dissertação – como também para educar e civilizar corpos a um sistema utópico neoliberal. Para isto, a escola neoliberal compreende a educação como um bem essencialmente privado, que atende duas exigências à governamentalidade neoliberal, a saber a concepção utilitarista e a concepção liberal, acerca disto, Laval (2019) expõe:

A concepção dominante da educação tem duas dimensões: ela é ao mesmo tempo utilitarista na ideia que confere ao saber e liberal no modo de organização da escola. Se a escola é instrumento do bem-estar econômico, é porque o conhecimento é visto como uma *ferramenta* que serve a um interesse individual ou a uma soma de interesses individuais. A instituição escolar parece existir apenas para fornecer às empresas o *capital humano* de que elas necessitam. De maneira complementar, contudo, ela é liberal pelo lugar que ocupa no *mercado* do ensino. Se o conhecimento é acima de tudo, ou fundamentalmente, um recurso privado, que gera rendas mais elevadas e propicia posições sociais mais vantajosas, deduz-se facilmente que a relação educacional deve ser regida por uma relação de tipo comercial ou ao menos imitar o modelo do mercado (p.17)

A partir dessas duas concepções compreende-se a importância do espaço escolar e sua disputa pelo *ethos* dominante por captura e dominação deste espaço. A escola nessa dualidade existente – seja como ferramenta para fornecimento de capital às empresas, seja como parte de um mercado econômico, pontos estes que serão trabalhados mais a fundo nos tópicos seguintes – tende-se a compreendê-la como recurso privado e fundamentalmente econômico. O Estado como regulador do mercado (SAFATLE, JUNIOR, DUNKER. 2021. p. 264-265) lança-se a busca de minimizar gastos provenientes de orçamento público e estimula a diversificação do financiamento escolar, nesta perspectiva a escola estabelece o controle mínimo acerca de suas responsabilidades para com a instituição e assegura a existência de outras formas de financiamento que contribuam para o processo de privatização do ensino. Vê-se atuar um discurso neoliberal de sedução a uma modernização do sistema escolar ao atrelá-lo ao sistema econômico como sinônimo de progresso e incentivo à diversidade democrática; neste sentido tem-se a lógica neoliberal determinando o sentido de eficiência para a sociedade moderna, capturando o espaço escolar para esta racionalidade instaurando um fetiche pela aproximação das escolas ao modelo de gestão e organização eficientes das empresas, compreende-se então como fundamental “(...) maximizar os resultados contábeis utilizando da melhor forma os restritos recursos financeiros alocados pela autoridade pública ou pelos ‘consumidores’ da escola” (LAVAL, 2019, p. 212-213).

Destarte, ocorre a descentralização da escola com entidades locais privadas – como forma de inovação e aproximação dos consumidores do mercado da educação escolar – como forma de conseguir novas fontes de financiamento. A partir da escola como recurso utilitarista dentro de um mercado econômico, tende-se o recuo do Estado, como regulador do mercado, e instaura-se a escola como prestadora de serviços para as necessidades locais, principalmente as necessidades do mercado

local. A descentralização incentiva a determinação de métodos, conteúdos e avaliações da atividade escolar submetendo a escola aos interesses econômicos privados, e cada vez mais, leiloeira-se o ideal de uma “escola única” transmutando-a num sistema de *self-service*, como expõe Laval (2019): “(...) não se trata mais de possibilitar o acesso dos alunos aos saberes, mas de partir do que lhes interessa em função do meio em que vivem, de suas condições de vida, de seus desejos e destinos profissionais” (p.293).

Dessa forma, a descentralização instaura a predominância da necessidade de um ser liberal à iniciativa privada, voltado a eficácia e ao bom desempenho, a fim não de fornecer saberes para qualificar o indivíduo para o mercado, mas já os inserir no mercado para qualificá-los, numa ideia de processo de ensino-aprendizagem contínuo ao longo da vida. Por isto que inserção de projetos articulados ao ensino de competências tem ganhado força no meio escolar com o ideal de inovação da escola democrática neoliberal de um sujeito preparado e formatado para a participação no mercado financeiro local.

3.1.1 A pedagogia da autonomia neoliberal

A pedagogia moderna, emergente em Estados Neoliberais ditos democráticos, preocupou-se com a premissa de que se deve ensinar tudo a todos, de forma a defender uma educação universal, acessível a todos. Nesse sentido, as políticas públicas na área da educação ocuparam-se com a inserção do sujeito não civilizado a uma escola pertencente a um jogo biopolítico regido por governamentalidade neoliberal, categorizando os sujeitos a partir do nível escolar atingido por cada indivíduo. A implantação de uma série de recursos voltados a proteção social ao educando foi utilizada a fim de proporcionar relativa estabilidade aos corpos marginalizados – os quais teriam condições mínimas de concorrência neoliberal em um jogo biopolítico – com a possibilidade não apenas de regulação dos atores escolares, mas sua previsão de seu próprio curso de vida; forma esta que ofertou maior precisão de formação de corpos úteis à eficiência neoliberal. Dessa feita, o diploma possibilitava uma hierarquização daquele corpo eficiente ao mercado – dada a relação de uma equação diretamente proporcional entre qualidade do diploma, de profissão e remuneração.

Essa relação direta ao propor certa estabilidade política e econômica ao sujeito, dentro desta biopolítica, e com políticas de inclusão lançadas a cada vez mais corpos a este jogo, se revelou incongruente à premissa econômica neoliberal que se baseia na desigualdade para concorrência, na descentralização do Estado com a iniciativa privada – e crescente valorização do setor empresarial. O valor social dos indivíduos passa a depender, então, de sua capacitação individual para o mercado, como forma de se destacar – meritocraticamente – com competências que se diferenciam da massa, consequentemente, o capital humano se desvincula do poder apregoado ao diploma e se desenvolve cada vez menos em formações institucionais e formais, ocasionando alguns pontos de estrangulamento, a saber: um enfraquecimento do valor simbólico dos diplomas, a vinculação de práticas avaliativas voltadas para competências necessárias a ambientes profissionais; e, a crescente possibilidade de influência do setor empresarial na definição dos conteúdos formativos escolares.

O que importa não é a qualidade nem a quantidade de conhecimentos adquiridos, principalmente se forem inúteis ou inadequados. O que interessa é a capacidade do trabalhador de continuar aprendendo durante toda a sua vida aquilo que for útil profissionalmente. [...] A escola deve dar ferramentas suficientes ao indivíduo para que ele tenha a autonomia necessária para uma autoformação permanente, uma “autoaprendizagem” continuada. Consequentemente, a escola deve abandonar tudo o que se assemelha a uma “acumulação” de saberes supérfluos, impositivos, maçantes. Sob essa perspectiva, o *life long learning* prepararia menos para um “diploma”, o qual daria acesso a um emprego e a uma carreira, que para “competências básicas comercializáveis” (*marketable skills*), as quais permitiriam a constante adaptação do assalariado às transformações econômicas e às necessidades do mercado. Não é difícil entender que em uma economia na qual, segundo dizem, o salariado pela vida toda está condenado à extinção, o trabalhador deve ser capaz de se reciclar com a maior facilidade e rapidez possível. Assim, a noção de “aprendizagem ao longo da vida” permite que a elevação do nível de competências dos assalariados seja sinteticamente articulada à flexibilidade dos modos de aquisição dos saberes correspondentes às rápidas mudanças econômicas e tecnológicas do capitalismo moderno. (LAVAL, 2019, p. 72-73)

A modernização pedagógica se dá pela subordinação do ensino às competências que geram uma articulação racional de fluxo de capital humano à gestão de recursos dentro da lógica mercadológica local, priorizando saberes úteis para formação de uma personalidade útil a economia, desenvolvidas por meio de uma pedagogia da autonomia a qual ressalta a importância de metodologias ativas a este contexto neoliberal. As metodologias ativas surgem nesse cenário como estratégias pedagógicas que colocam centralidade do processo de aprendizagem no aluno ativo, visando uma autonomia na construção do próprio conhecimento por meio da

desenvoltura de competências de flexibilização mental, física e estrutural do sujeito para prepará-lo para sua constante reciclagem e adaptação às necessidades do mercado, normalizando e instaurando a economia como gestora da política da vida.

Alexandre Filordi de Carvalho e Silvio D. de Oliveira Gallo (2020) ao discutir acerca da vivência de uma governamentalidade democrática no Brasil e a consequente urgência na construção de uma educação inclusiva para se governar a todos – tanto a nível de diversidade quanto a nível das diferenças⁴ – gerida por políticas neoliberais ocasionou uma ênfase na perspectiva da educação como um gasto do Estado, devendo a educação restringir-se apenas na preparação para o mercado de trabalho e ao educar para formação de um sujeito cidadão (BRASIL, 1988) docilizado, provocando com isto a inclusão de corpos em uma educação escolar precária no Brasil; ressalta-se sobre referido estudo o seguinte trecho:

Assim, não seria exagero afirmar que o capitalismo neoliberal, ao sequestrar o Estado, passou a subjugá-lo conforme o fetiche rentista do sistema. Como argumentava Milton Friedman (1955) em *O papel do governo na Educação*, o único papel do Estado é garantia de um nível mínimo para que os indivíduos sejam capazes de entender as regras da livre competição e nelas se inserir. Ora, a regra atual, fora da educação elitista, essa, sim, ainda preservando certo refinamento humanista a ser utilizado como distinção ou capital social da elite, tem sido a aprendizagem mínima para o autoinvestimento em si mesmo como ser precariado. (p. 155)

A pedagogia da autonomia neoliberal se faz na oferta de competências básicas voltadas para a constante adaptação do ser ao longo da vida, tendo que se destacar por seu mérito – fator este que reduz o gasto do Estado para com a instituição privada. Neste sentido, o sujeito autônomo neoliberal deve, a partir de sua capacidade de constante aprendizado, buscar estratégias de destaque que agregue valor ao seu capital humano, devendo buscar cursos extras, como aulas de reforço particulares, experiências no mercado de trabalho, cursos tecnológicos e de viés *coachings* para se formar, por meio de seu mérito e autonomia.

3.1.2 A soberania do consumidor

A perda do valor simbólico do currículo e a tonificação de uma pedagogia da autonomia neoliberal revigorou a impossibilidade de uma escola de qualidade para

⁴ Diferencia-se no trabalho citado (2020) os termos diversidade e diferença. Enquanto o primeiro refere-se à lógica da universalidade, o segundo trata de um escape do todo, voltado a uma lógica do múltiplo.

todos. Com este cenário, a crítica a uma educação democrática se intensifica, já que se maximaliza a concorrência entre diferentes perfis de escolas locais, neste sentido, já que a educação escolar foi lançada a uma relação direta com o mercado, cabe o incentivo por despolitizar e desburocratizar por completo o ensino, entregando o espaço escolar a privatização, para que o sujeito neoliberal – autônomo e livre por sua formação – tenha a capacidade de escolher o produto educacional o qual deseja consumir. Os consumidores da escola possuem a capacidade de escolha mediante a diversidade do mercado escolar, mas esta escolha não parte em função do método pedagógico ou crença na educação que terá, mas sim em função do ambiente de convívio, ou melhor, do *networking* e *marketable skills* que, ao longo da vida, a criança construirá profissionalmente.

Em nome de uma eficiência econômica e de uma democratização, a capacidade de escolha é vista como a possibilidade de liberdade sobre qual tipo de educação os filhos terão – no Brasil há a ideia de segregação de escola pública como fornecedora direta de mão de obra, escolas particulares como fornecedora de mão de obra especializada, e há, também, escolas particulares para formação de empresários – e sobre o meio de convívio que seus filhos terão – novamente, num teor classicista, o qual reafirma marcadores físicos e sociais numa biopolítica. Esta ideia de soberania do consumidor (LAVAL, 2019) se revela como uma falácia, já que em um jogo governamental neoliberal, os sujeitos são impelidos a crer em sua liberdade e autonomia, quando em verdade, seus marcadores físicos, mentais, estruturais que determinam suas possibilidades e categorização em uma biopolítica.

Além do fato de que os consumidores não são nem livres e nem iguais, convém recordarmos que, no “mercado de ensino”, a escolha não é exclusiva dos consumidores, pois para escolher de fato eles precisam se esforçar para *serem escolhidos* pelos estabelecimentos desejados, que ocupam uma posição de força em relação à demanda excedente. De fato, como o “produto” oferecido no mercado é heterogêneo e o bom “produto” é escasso, isto é, as vagas nos bons estabelecimentos escolares são caras, quem faz a seleção são as escolas. Os critérios de escolha são determinados pelos interesses próprios e egoístas dos diretores, dos professores e dos pais, que selecionam os melhores alunos, os mais estudiosos, os mais condizentes com a imagem de prestígio que a escola deseja ter. Deveríamos concluir, então, que o “mercado de ensino” é na realidade um dispositivo social oficioso de autoseleção que, por trás da argumentação falaciosa da racionalidade do interesse próprio, propicia a seleção social e étnica dos alunos em sociedades hierarquizadas que se caracterizam por ter uma escola de massa e valores que impedem uma segregação oficial escancarada. A invocação das virtudes da descentralização, da autonomia da escola e do papel da escolha dos pais esconde, na verdade, a nova “aliança” social em torno dos membros das classes superiores e das novas classes médias, que compartilham os valores da eficiência e da competição na gestão e dispõem

de recursos materiais e culturais suficientes para garantir quando se trata de um sistema de livre escolha. (p. 184-185)

Essa ideia de capacidade de escolha revela-se como estratégia de inclusão de mais corpos dentro de um jogo biopolítico, o qual reforça a lógica neoliberal de concorrência do mercado e de fornecimento de corpos ajustados ao fluxo do mercado, além de maximizar as desigualdades sociais entre aqueles que são escolhidos pelas instituições e aqueles que são rejeitados numa biopolítica. Esta ideia de soberania do consumidor tem a habilidade de perversão em um nível de individualismo – o sujeito crê que há liberdade de escolha, quando na verdade é escolhido – quanto em massa – ao possibilitar na biopolítica a classificação de corpos úteis e inúteis à centralidade deste jogo da vida.

3.1.3 Supermercado escolar

A diversificação do espaço educacional não apenas coloca a escola em uma prateleira para o mercado consumidor, que devido a sua variedade de tipologias escolares voltada a sedução do sujeito consumidor faz com que se escolha o produto de seu maior agrado, como também expõe a escola para as empresas que desejam capturá-la, colocando-a numa prateleira de um mercado de consumo também para as empresas. O contexto escolar segue uma lógica mercadológica tanto para atrair a clientela quanto para se posicionar no mercado.

Sobre referida temática, Laval (2019) expõe que:

Inspirando-nos nessa abordagem, distinguimos dois grandes tipos de fenômenos. O primeiro consiste na estratégia das empresas que querem ingressar no setor da educação seja para fazer publicidade (mercados indiretos), seja para vender produtos (mercado direto). Quando as empresas encontram facilidade cada vez maior para adentrar o universo da escola, há uma comercialização do espaço escolar.

O segundo grande tipo de fenômeno, simétrico ao primeiro, remete à transformação das escolas em empresas produtoras de mercadorias específicas. Distinguimos aqui a *mercadorização* dos produtos educativos, isto é, a transformação em mercadoria dos recursos e conteúdos do ensino, e a *inserção no mercado* ou *mercadização* da escola, beneficiada pelo desenvolvimento da concorrência entre estabelecimentos escolares e a implantação da livre escolha da escola por parte das famílias. Quando cada vez mais produtos educativos entram no mercado, quando as escolas tendem a se transformar em empresas concorrentes, há uma comercialização da *atividade educacional*. (p. 131)

É fato que mesmo no primeiro fenômeno – em que a empresa busca ingressar no espaço escolar seja para fazer publicidade, ou vender produtos – e mesmo no

segundo fenômeno – em que há a transformação das escolas em empresas produtoras de mercadorias específicas, compreendendo o sujeito escolar como sua própria mercadoria – vê-se uma relação íntima de perversão entre economia e escola, já que se transformam estes funcionamentos em um super mercado em que se intensifica o sequestro do espaço escolar para algo previamente definido, a saber o mercado escolar, e se instaura na escola um cenário de obediência por subjetivação desta governamentalidade neoliberal como forma de vida. Além disso, essa fragmentação da escola para todos expõe um mecanismo coerente à governamentalidade neoliberal ao invocar a pluralidade como estratégia de constituir mônadas, relativamente incomunicáveis com o outro, que se responsabilizam por sua posição em um jogo competitivo da vida.

A obsessão pelo mercado escolar, além de promover desigualdades e intensificar a concorrência neoliberal, desenvolve certa comercialização da vida, em seu sentido micropolítico e macropolítico. E encarcera, cada vez mais, os indivíduos em uma impotência política, em uma condição de subcidadãos que vivem uma relação de apropriação da escola e da vida pelo mercado, uma relação de cafetinagem no âmbito escolar ao subjetivar a governamentalidade neoliberal como formação central da biopolítica. Então, a escola articula-se com estratégias de enfraquecimento da possibilidade de vínculos e de afeições, resultado da individualização e da imunização mencionadas, revelando a potência da escola para a racionalidade neoliberal, dizendo-se democrática.

3.2 A subjetivação à governamentalidade neoliberal

A política neoliberal, compreendida, por Foucault (2022), como uma arte de governo, se constitui no processo de subjetivação de um sujeito *homo oeconomicus*, o qual é “(...) empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda” (p.303). Neste processo de subjetivação faz-se relevante determinar os pilares econômicos como forma de vida, intrínseca à existência humana, para que o sujeito seja conduzido por meio do governo neoliberal. Por isto que o leilão da escola democrática neoliberal é tão relevante por meio da instauração de uma pedagogia da autonomia neoliberal, da soberania do consumidor e de uma ideia de supermercado escolar, pontos que

auxiliam no processo de subjetivação de um ser *homo oeconomicus* e instaura a governamentalidade neoliberal como uma forma central da biopolítica.

(...) a governamentalidade neoliberal pode ser definida como a arte de conduzir as condutas por intermédio da gestão, administração e aplicação de crises. No mundo economicamente codependente das políticas neoliberais, as crises funcionam como doença autoimune. E sua eficácia está no fato de se fazer crer que a crise poderia ser pior sem o neoliberalismo, ou melhor, que não há alternativa ao neoliberalismo.

Proteger a vida, a propriedade, a liberdade e a competição são os mantras benevolentes do neoliberalismo, porém, sob a ocultação do preço que a vida tem de pagar para tanto. Inverter a lógica entre benefícios e beneficiários é importante, justamente para se fazer acreditar que a crise engendra as condições as mais propícias para se fazer de si mesmo um autoempreendedor. (CARVALHO, 2023, p. 4)

Nesse processo de subjetivação de um ser neoliberal, há a introdução de ideal de soberania individual, por meio de ideias meritocráticos – referente ao latim “*meritum*” e “*cratos*”, o qual sugere que o poder e posições em uma dada sociedade são estipulados a partir do mérito individual – os quais tratam da ligação única e exclusiva ao bem estar de vida voltado à potência econômica que o indivíduo neoliberal se dispõe para combater as próprias crises econômicas, sociais, psíquicas, físicas, entre outras crises que regem o governo da vida. Ao haver o condicionamento da liberdade do indivíduo à liberdade do mercado, por meio do desenvolvimento de um ser *homo oeconomicus*, há uma subjetivação de autorrealização atrelada à produtividade e ao desempenho, questões estas que transmutam o indivíduo em microempresa para a manutenção de uma economia capitalista, já que os indivíduos *homo oeconomicus* vivem entre livres soberanias uberizadas.

O sujeito *homo oeconomicus* constrói-se pela aparente emancipação de instâncias externas de dominação, crendo que não será compelido por agentes ou estruturas alheias à sua própria vontade. Assume, assim, a condição de soberano de si, exercendo sobre si mesmo o poder que antes poderia ser atribuído a outrem. Entretanto, essa autonomia aparente o insere em uma lógica de autoexploração, sustentada por uma liberdade coercitiva: a exigência internalizada de maximização constante do produtivismo.

Nesse contexto, o trabalho excessivo e o imperativo da performance não são impostos externamente, mas incorporados como autocomando. Tal dinâmica revela-se mais eficaz ao governo do que a exploração heterônoma, já que se fundamenta na ilusão de liberdade, na qual o indivíduo ocupa simultaneamente a posição dual de explorador e de explorado. Vê-se, com este ideal de sujeito soberano atrelada a

maximização da produção, que a governamentalidade neoliberal fundamenta como ideal de vida o ser eficiente ao mercado. Há uma interiorização do sujeito neoliberal de que este se explore de boa vontade e com a fé de que possa se realizar, por meio meritocrático, na ascensão econômica, e tal realização está no êxito de produtividade pessoal, de formação continuada, de construção de uma vida melhor em conformidade com o *ethos* dominante – formas estas de técnicas de si e biopolíticas, maquiadas por *slogans* de caráter empreendedorísticos e meritocráticos. Dessa perspectiva, o sujeito soberano neoliberal, ao subjetivar os princípios neoliberais submete-se a crença na ligação direta entre liberdade e proatividade econômica, em razão da insegurança gerada nesse campo de guerra, o sujeito se refugia em valores conservadores passados, restaurados no presente para resguardar uma segurança aparente. Com isto, o sujeito neoliberal se expõe a sua própria responsabilização de sua situação econômica, política e social, ao se intitular como objeto potencial de investimentos e lucro.

Com a existência desse Estado regulador de leis para proteção do mercado e do sujeito como produto/produtor deste mercado, o qual faz-se responsável por sua situação, tem-se o povo como um bem da biopolítica neoliberal. Entende-se com esta forma de biopolítica que o Estado se responsabiliza apenas por zelar pela manutenção da economia capitalista e governo Democrático Neoliberal, não sobre o cuidado com a vida de *todos* em sua singularidade e diversidade.

Os Estados Democráticos mostram-se alinhados a este dispositivo que propõe a vivência nesta governamentalidade neoliberal ao favorecer esta disposição do sujeito em sua forma ajustado, acomodado e obediente. Trata-se da constituição de seres *homo oeconomicus* tolerantes ao funcionamento de uma vida vazia, mas homogêneos ao assegurar o gosto masoquista de ficar sob o poder do mercado e ser uma soberania fraca, um subcidadão, que luta, incansavelmente, por esta vida necrófila.

É com o desejo por se apropriar da vida e transfigurá-la em coisa, vista com esta malha governamental proporcionada pelo neoliberalismo que o capital explora, fazendo da vida seu próprio motor, que se tem a dominação da vida num sistema biopolítico. A escola como dispositivo desse cenário se detém à incorporação de corpos, a fim de estabelecer uma relação de ensino para subjetivação de práticas, políticas, costumes, culturas, concernentes à governamentalidade neoliberal, ou melhor dizendo, a subjetivar uma estilística voltada à regência neoliberal. Destarte, a

escola está na biopolítica não como um espaço de transmissão de conteúdos, mas sua relevância está na capacidade disciplinar que opera nos corpos e nas condutas. Como ressalta Foucault (1975), a escola participa desta constituição de um ser *homo oeconomicus* por meio de práticas como vigilância, a avaliação constante, a hierarquização e normatização, mas exerce poder, principalmente, na subjetivação de sujeitos dóceis e obedientes à racionalização neoliberal que, mesmo contemplando uma população diversa, se constitui em seu objetivo principal no tempo presente.

Para essa população diversa, ou esses povos, os dispositivos de inclusão escolar são relevantes. Na medida em que a governamentalidade neoliberal se faz dominante na biopolítica, a inclusão de mais corpos a esta instituição é essencial, não com o desejo de afirmação de corpos em um mesmo espaço, mas sim para que a diferença se acheque a fim de aprender a obedecer à governamentalidade neoliberal e, assim, ser governada. Portanto, a governamentalização por meio da fabricação de políticas de inclusão propõe reconhecer as diferenças, a fim de operar o governo sobre todos.

Nesse contexto, a governamentalização estatal encontrou condições favoráveis para a fabricação de políticas sociais, desde os anos 1960, destinadas a governar a diversidade particular de sua formação cultural, administrando as suas demandas por direitos civis e negociando ou neutralizando a adesão dessa população que se sentia segregada, graças às tecnologias sociais de inclusão, conforme analisado em outra ocasião (PAGNI, 2019a) e retomado para salientar a sua relevância, ao demarcar uma racionalidade utilizada para governar as diferenças. (PAGNI, 2023, p. 99)

Produz-se uma subjetivação condizente com as tecnologias políticas brasileiras de inclusão as quais primam pela diversidade para melhor governo das diferenças, para que haja uma condução dos modos de ser destinadas à dinâmica governamental neoliberal. Com isso, há a possibilidade de subjetivação em massa de uma forma de ser *homo oeconomicus*, o qual será ao longo da vida uma peça a mais dentro deste jogo biopolítico. Dessa perspectiva, a escola como dispositivo potencial para essa subjetivação apresenta-se como instrumento de cafetinagem à biopolítica ao oportunizar a captura da pulsão vital para sua transfiguração de um ser com tempo, espaço, desejos e disposições voltadas a algo previamente definida pela governamentalização neoliberal.

Frédéric Gros (2018) ao afirmar que o papel da escola é o de se educar para resignação política trata – dentro do que esta dissertação propõe aproximar – deste processo de subjetivação à governamentalidade neoliberal com a proposta de

instauração nos sujeitos de uma razão eficaz, útil, impessoal, anônima, transformando-os em super obedientes a lógica neoliberal. Há, nesse processo, a dilaceração do ser para a obediência num registro de administração da vida maquínica dentro da biopolítica. Tem-se uma relação contratual de ingresso a este jogo – com a possibilidade de poucas cartas na mesa de auxílio inclusão, permanência, alimentação, saúde, transporte, recursos mínimos para participação nesta biopolítica, contanto que este se descame daquilo que compreende por si, seus marcadores singulares e culturais – para que a partir da assinatura desse contrato o indivíduo busque meritocraticamente sua sobrevivência neste jogo de disputa pela própria vida, a qual passa a ser governada biopoliticamente e realocada dentro deste jogo de disputa a partir de sua obediência – física, mental, social, entre outras exigências pelo *ethos* dominante – podendo ter a vida lançada para a margem ou, até mesmo, para o fim deste jogo.

4. POR UMA ESCOLA RADICALMENTE DEMOCRÁTICA

De fato, o que se anseia é retirar a escola da esfera pública e entregá-la completamente ao mercado. A falácia de que há uma escola democrática que ambiciona por excelência para todos dada a essa governamentalidade neoliberal provém de uma fetichização da ideia de excelência humana voltada à eficiência do mercado. O que importa não é a qualidade do ensino, mas a quantidade de diferentes instituições que atendam às demandas de cada cliente; não importa o saber reflexivo, mas a aquisição de competências para reagir à volatilidade profissional; não importa possibilitar o acesso dos alunos aos saberes, mas compreender suas condições de vida para tutelá-los e inseri-los no mercado de trabalho.

A democratização da escola, sob governamentalidade neoliberal, reduziu-a ao utilitarismo neoliberal e à adequação do sujeito às necessidades das empresas. Nessa governamentalidade democrática neoliberal o objetivo não é somente incluir a todos nesse “jogo”, mas se propõe um espaço, uma vida subordinada, a partir de um discurso democrático, com fundamento em um Bem-Estar Social atrelado à ideologia neoliberal dominante, mas de forma a manter requisitos mínimos para a governamentalização e regulação nessa biopolítica, em proteção à economia capitalista.

Gallo (2020), ao tratar da governamentalidade democrática, ressalta que a necessidade de controle social sobre os indivíduos para que a governamentalização seja efetuada. Com tal intuito o Estado brasileiro buscou “(...) constituir o indivíduo como cidadão, como sujeito de direitos, para que ele pudesse ser democraticamente governado e governar a si mesmo” (p. 10). Propõe-se a instalação da regulação de um sujeito cidadão civilizado, capaz de governar a si mesmo e gerir sua existência, mas pertencente e ativo em um sistema em seus níveis micropolítico e macropolítico.

A maquinaria de uma governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade civil organizada, em face do Estado; uma economia que regula as trocas e garante a potência do mercado, com geração de riquezas; uma população, que é alvo das ações preventivas do Estado nos mais variados âmbitos, na garantia de sua qualidade de vida; a garantia da segurança dessa população como dever do Estado; e, por fim, a liberdade e a não submissão dos cidadãos como valor fundamental dessa organização social e política. Nessa microfísica de relações, nada há de ideológico. A liberdade, por exemplo, não é tomada como objeto de uma defesa ideológica, mas peça material e fundamental no funcionamento da máquina social. (GALLO, 2012, p.59)

Percebe-se que este processo de governamentalidade democrática no neoliberalismo, que visa constituir cidadãos inclusos nessa máquina biopolítica, parte da premissa de que há um *povo* o qual necessita de uma instrução para adquirir, passivamente, um juízo governamental ao modo operante de ser do *ethos* dominante para transformar-se em cidadão e, assim, ser trasmutado em uma *população*, como visto em Foucault (2010), em seu curso no Collège de France de 1975. Para a captura desse povo – o qual não foi educado – denominado de “anormal” ou “selvagem”, tem-se a escola como órgão disciplinar a qual deve inserir todos os corpos em um espaço, dito aberto a recepção da diferença, não necessariamente para que aprendam alguma matéria em si, mas principalmente para que aprendam a obedecer, de forma dócil, aos registros dominantes, a fim de tornarem-se cidadãos dignos de pertencerem ao jogo do poder da vida.

Em outras palavras: há uma unidade que é resultante da diversidade ou, numa direção distinta, a diversidade é nada mais do que o desdobramento de uma unidade. Tomar a diversidade em lugar da diferença significa “domar” a diferença, apaziguá-la, neutralizar os horrores que o efetivamente diferente poderia provocar. No fundo, trata-se de não se suportar a alteridade. Lidar com o diverso é lidar com distintas faces de nós mesmos, não com o totalmente outro.

Por outro lado, a diferença implica em multiplicidade, nunca em unidade. Na afirmação da diferença, não há unidade possível, não há como reunir as multiplicidades em um conjunto único, logo não cabe aqui o apelo ao universal. Pode-se dizer que a diferença implica no fora, posto que sempre escapa aos conjuntos, enquanto a diversidade implica no dentro, na interiorização, no pertencimento a um grupo que, por sua vez, encontra-se em outro grupo, até que se chegue ao universal. Por isso, a diversidade está diretamente articulada com os jogos de inclusão. É sempre possível organizar grupos, conjuntos que contenham o diverso. Mas o diferente escapa, não se deixa conter. Seria inútil tentar incluir as diferenças, pois elas proliferam, se multiplicam e não se deixam conter em qualquer conjunto.

Disto decorre que, na lógica da construção das políticas públicas articuladas com uma governamentalidade democrática, é sempre mais interessante e produtivo afirmar a diversidade, em detrimento da diferença. Esta agregaria instabilidades ao sistema, provocando perigosos desequilíbrios aos processos dinâmicos de condução das condutas em meio à liberdade. (GALLO, 2017, p. 1513)

O processo educativo escolar, instaurado por Estados Neoliberais ora vigentes, propõe, muitas vezes, o sacrifício do ser a uma sociedade previamente determinada por um *ethos* dominante que se movimenta por meio do aniquilamento da pulsão vital – proveniente da diferença, a qual escapa dos determinismos dominantes – capturando o espaço escolar para assujeitamento à docilização nesse meio biopolítico, fundamentando-se na fusão do ser para algo previamente definido, a fim de formatar a manutenção do desejo pela mesmice. Desejo este que busca conter ou

matar qualquer potência de fuga desse “jogo da vida”, por meio de políticas de adequação social e aniquilamento da diferença, podendo gerar um sofrimento aos sujeitos pertencentes a esta biopolítica. Um sofrimento que se reside no assujeitamento de um modo operante obediente que estabelece uma morte de si mesmo para uma governamentalização do cidadão neoliberal, e também sofrimento por meio de uma reatividade reverberada sobre as diferenças, lançada sobre aqueles corpos minorizados nesta biopolítica, deixados à própria sorte e expostos a uma tanatopolítica.

4.1 Pulsão de vida ou pulsão de morte?

Como relatado logo no início desta dissertação, a insuficiência na literatura da psicologia educacional ocasionou o distanciamento dos conceitos e práticas usuais da área, no entanto, ao longo deste trabalho foram tomadas as terminologias “pulsão de vida” e “pulsão de morte”, provenientes da psicanálise, não como forma de aderir a referidos termos – em seu sentido psicanalítico – mas para utilizá-los para romper com a forma de pensar estruturada pela ciência psicológica tradicional. Entretanto, aproximações na conceituação literal, as quais levaram à escolha de tais termos para desenvolver esta escrita, são relevantes e cabem explicações.

Freud introduz referidos termos em sua obra “Além do princípio de prazer” (2016) e define a pulsão como uma força constante que impele o ser à atividade. Inspirando-se no princípio físico acerca da Inércia – apenas para esclarecimento, tal princípio afirma que um corpo permanecerá ou em repouso ou em movimento, a menos que haja uma força tensionando sobre ele – as pulsões operam buscando restaurar a situação de ausência de tensão do corpo, procurando a plena satisfação de uma necessidade, em busca da paz absoluta. A partir desta proposição freudiana, percebe-se que a pulsão almeja a ausência de tensões no organismo, mas há que se perceber que atingir este estado inscreve-se na ordem do impossível, já que o corpo se vê afetado por diversos estímulos, sejam voltados para a destruição ou de resistência. Então, a percepção psicanalítica desenvolveu-se no saber de dois tipos de pulsões, a saber: a pulsão de vida (*Eros*) e a pulsão de morte (*Thanatos*). Compreende-se que estas pulsões não são separadas; é uma pulsão única, mas que vive em conflito atuando como jogo de forças psíquicas inconscientes.

A grosso modo, a pulsão de vida está relacionada à busca por resistência ao anulamento de tensões, ao desejo de viver, é um movimento voltado ao acontecimento, ao escape da inércia para a criação do novo. Já a pulsão de morte aparece como uma busca pelo inorgânico e pelo inanimamento, ou seja, uma pulsão que se volta para a destruição, para a violência e a extinção das tensões. Freud (2016) formula a ideia da pulsão de morte partindo da premissa de que todo corpo anseia pela própria morte, empurra-se para a destruição do organismo, visando à redução absoluta das tensões. O pai da psicanálise argumenta que o corpo não possui ambições que se voltem ao desenvolvimento, já que busca o equilíbrio e o fim da existência. Por essa razão, na visão de Freud (2016), a vida corresponde a perturbações desse estado de equilíbrio. As pulsões de vida tendem a resistir a esse movimento suicidário, operando por meio do estabelecimento de afetos, impedindo o escoamento do desejo. O fenômeno da vida expressa a perturbação do equilíbrio e provoca instabilidade no sistema interno e externo, adia-se o descanso absoluto pela instauração de conflitos, os quais geram novas manifestações de viver.

Lacan (1985), segue os estudos freudianos acerca da pulsão, no entanto, amplia suas referências para a economia e a linguística, além da física. Lacan (1985) adota a concepção de Freud sobre as pulsões, todavia, retira-as do campo do médico e psíquico e assume um estatuto estrutural e discursivo. Nesse sentido, há a redefinição da dinâmica das pulsões, ao concebê-las como um movimento circular e incompleto que se organiza em torno da falta, da necessidade, daquilo cuja ausência o desejo busca suprir. Com esta circularidade, Lacan (1985) afirma que há uma estrutura de linguagem que conduz o corpo a reproduzir determinados significantes e modos de gozo, e ressalta a necessidade da clivagem – ou seja, de rompimento desse ciclo e escape à simbolização – para que haja o encontro com o real, algo que se situe além do princípio do prazer.

Não se pretende, nesta dissertação, negar a interioridade psíquica do ser humano, mas propõe-se a dar visibilidade à exteriorização daquilo que foi chamado de “pulsão de morte” e “pulsão de vida”. Almeja-se trazer a discussão das pulsões governamentalizadas que regem forças inconscientes dos processos de subjetivação na constituição micropolítica: quer na sujeição dessas pulsões como na definição destas como *ethos* intitulado dominante, quer no governo de si, no governar o outro ou no governo da população. Por tal apontamento, que esta dissertação encontrou acento nas obras foucaultianas.

Ao que tudo indica, o modo como Foucault adentrou a questão da dor e do sofrimento constitui, sem dúvida, um de seus mais renhidos enfrentamentos com a psicanálise. Não se trata de negar a dor e o sofrimento; não se nega a existência de indivíduos que sofrem e manifestam dor, nas mais distintas situações da vida moderna e contemporânea. A novidade de Foucault está justamente em haver dissociado estes termos – autor/sofrimento e sujeito/dor; ao fazê-lo retirou a dor e o sofrimento da interioridade do homem, este sujeito universal que compulsa permanentemente a experiência exterior e a vivência interior. Foucault parece colocar-se em dúvida diante deste sujeito que originalmente é portador de um sofrimento e de uma dor autóctones, alojadas desde sempre no ser do próprio ser. Em Foucault, tudo indica que dor e sofrimento são práticas discursivas e não discursivas que remetem a relações determinadas, em uma cultura, entre “campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”. (Foucault apud ADORNO, 2001, p. 29)

Urge-se o pensar para uma prática que enlace os sujeitos numa relação de forças voltadas à dualidade entre “pulsão de vida” e “pulsão de morte”. Mas trata-se, nesta dissertação, de um respeito à conceituação psicanalítica dada a estes termos: quando se trata de uma governamentalização voltada a uma “pulsão de morte” compreende-se a vivência cíclica de repetição de uma governamentalidade neoliberal voltada ao inorgânico, por meio da busca por constante controle e definição prévia dos espaços, tempos e formas de ser, revelando um cenário que pode levar à destruição do sujeito por meio do assujeitamento de um ser voltado a um “*false self*”⁵, de violência voltada a si e ao outro, e de extinção do desejar. Já em relação a uma “pulsão de vida”, entende-se a construção de linhas de fuga deste cenário governamentalizado os quais proporcionam o escape visto no ato do desejar, que se faz na criação de algo novo por meio do acontecimento.

Ambiciona-se, aqui, a reflexão sobre uma educação regida pela “pulsão de vida” – para diferenciar daquilo que este trabalho está a analisar, qual seja, o que se pode interpretar como o culto à pulsão de morte da escola neoliberal. Nesse sentido, busca-se na experiência com a *diferença*, e não uma adaptação de corpos a uma isonomia *diversa* em um registro definido pela governamentalização democrática, nos termos anteriormente considerados. Um anseio por um compromisso que impulse espaços microrrevolucionários (PRECIADO, 2020), espaços estes compreendidos como *escolas-em-fuga* (PRECIADO, 2020), ou melhor, uma escola que possibilite o

⁵ O *false self* é um termo psicanalítico o qual remete a construção de uma personalidade outra para que o sujeito se veja aceito no mundo, desenvolvido para que o indivíduo se adapte e se encaixe as demandas do ambiente em que está inserido. A adoção deste termo nessa passagem não pretende discutir acerca de uma interioridade, mas sim em como os processos de subjetivação ocorrem no interior das relações de poder as quais corroboram para a construção de um ser *homo oeconomicus*.

mover da pulsão de vida, voltada ao surgimento do novo, que valorize a dissidência e potencialize uma fissão de processos de ser, por meio de encontros que não se reduzam à mesmice e que ofereçam um terreno acontecimental para a transformação de si e do outro.

Como visto em Rancière (1996b), a política é um acontecimento, o qual implica sempre uma ruptura com uma ordem estabelecida por meio do embate daquilo que é diferente, gerando, assim, algo novo. Ao se pensar na democracia – como espaço de todos e para todos – Gros (2018) relata que esta transcende a forma institucionalizada pautada por boas práticas e procedimentos, pois a democracia implica uma tensão ética que se move pelo embate para constante reavaliação da política. A partir dos embates provenientes das diferenças, incorpora-se uma forma de ser que escapa à mecanicidade da política (RANCIÈRE, 1996b). O processo educativo escolar, nesta tensão ética que exige a reflexão contínua da política, deveria prever o dissenso, o olhar para o acontecimento, para o devir, para o surgimento de um saber novo, que vise à criação de vida por ações desejantes.

Suely Rolnik (2018) ressalta essas ações do desejo como atos de criação os quais propõem guiar-se por uma bússola ética.

Uma bússola ética o guia: sua agulha aponta para as demandas da vida em sua insistência em persistir, mantendo-se fecunda, a cada vez que se vê impedida de fluir na cartografia do presente. Tal bússola orienta as ações do desejo no sentido da criação de uma diferença: uma resposta que seja capaz de produzir efetivamente um novo equilíbrio para a pulsão vital, o que depende de seu poder de atualizá-la em novas formas. Esta é a natureza do que se pode chamar de um “acontecimento”, o qual é produzido por este tipo de política do desejo: um devir da subjetividade e, indissociavelmente, do tecido relacional no qual gerou-se sua turbulência e seu ímpeto de agir. (p. 64)

O mover da pulsão de vida, tratado nesta dissertação, está na oportunidade, dentro do espaço escolar, de se tecer conexões entre subjetividades, entre vivências distintas, formas de linguagens singulares, cuja união proporcione a criação de mundos outros. Isto se faz viabilizado em um espaço relacional, onde o desejo, que se guia por uma bússola ética, impulsiona o resultado de ações singulares, ações estas que se desviam da ordem. Insta-se, por meio de uma pulsão de vida, o apetite por uma alteridade educacional, um olhar para o outro, para o acontecimento de algo diferente, e não a reprodução do mesmo já determinado. “Um tal processo educativo é necessariamente criação coletiva, que se coloca para além de qualquer controle” (GALLO, 2008, p.15), acrescenta-se que se está diante de um processo que se permita

experimentar a diferença e potencializar subjetividades, e não a manter um ideal de modelo de educação democrática imposto e não *altero*. O acontecimento resulta na inversão da ordem daquilo que está previamente definido, ou seja, na desobediência a uma vida autômata. Estaria, de certa forma, no devir e na luta que busca espaços outros que escapam do *ethos* dominante.

Segundo Jacques Derrida, não haverá acontecimento em sentido forte se aquilo que acontece fizer ainda parte do possível controlável. Em sentido forte, um acontecimento é uma exposição sem condições àquilo que vem e a quem vem; ao por - vir. O puro acontecer singular daquilo que não apenas ocorre – mas me ocorre surpreendendo –, implica uma irrupção que abala todo o horizonte prévio de expectativas e toda a planificação possível. Esse puro acontecer singular fractura toda a ordem, programa ou organização performativa. [...] O acontecimento é apenas da ordem do impossível; não na ordem do que se espera que ocorra, mas na ordem do inesperado. (CARVALHO; MENEZES; PAGNI; 2006, p.16-17)

A alteridade educacional, dita por ativistas de uma política democrática – que se distancia da temática contruída nesta dissertação – diz se fazer presente no momento em que há a tolerância e a representação do outro como sujeito pertencente e incluso em um mundo já estruturado governamentalmente. Mundo outro que não pertence a um “nós” que olhamos, que ouvimos e que sentimos a singularidade de cada ser. A educação democrática moderna pensa em um outro, o qual deve ser incluído em uma rede assistencial e governamental pré-estabelecida pelo *ethos* dominante; uma parte que não pertence a um todo, a qual deve ser encaixada, modificada, ajustada, ou lançada à morte, simbólica ou real.

Se o pensamento democrático no âmbito escolar está em fornecer o olhar assistencialista para um ajustamento biopolítico, em que se estabelece um mundo tolerante que ainda alimenta o neoliberalismo ao responsabilizar “(...) o indivíduo e a seus familiares para que o efetuem, uma vez que a responsabilidade estatal se furta ao seu papel” (CARVALHO; MENEZES; PAGNI. 2022. p.10) – numa visão de manter uma política satisfaciente e não otimizante – dever-se-ia cogitar a vivência de uma democracia radical. Esta articula-se na arte de viver no dissenso e não no consenso, como cita Gallo (2008) acerca de Rancière. Pensar na possibilidade do dissenso como forma de gerar a diferença, e não o mesmo, está no olhar *altero* à singularidade, está no enfrentamento do devir, está no acontecimento, está na pulsão de vida.

A pulsão de vida resulta na reversão da ordem daquilo que está previamente definido, ou seja, no escape e na desobediência a uma vida autômata. Estaria, de certa forma, no devir e na luta que gera o acontecimento. O olhar para o processo

educativo como criação coletiva que se atenta aos corpos singulares parte da ordem do inesperado, do choque de singularidades que produz utopias outras de ser e estar no ambiente escolar. De certa forma, vê-se um solipsismo social que impele o existir outro no processo coletivo, uma dominação que impõe esta organização performativa e tolera o outro apenas quando este se aparece e não confronta a ordem governamental.

Percebe-se, então, a relevância do encontro que causa o dissenso para a construção coletiva movida por uma bússola ética, da ordem do inesperado e do impossível. Busca-se uma outra escola, a qual proponha o rompimento desta visão solipsista democrática neoliberal para proporcionar um processo educacional *microrrevolucionário* (PRECIADO, 2020) que se firme no fluir da pulsão de vida. Uma forma educacional na qual haja a valorização de saberes outros, os quais transcendam o saber científico. Uma escola que valorize a multiplicidade de formas de vida. Um espaço outro que se abra a conhecer *ethos* dissidentes, mas que não haja marcadores antecipados acerca do outro por representações, e sim uma abertura à pulsão da vida.

Parece que vale a pena pensar o quanto essas políticas têm parado na primeira questão, que seria: como ensino a todos; quando, na verdade, não se trata tanto de pensar quem é o aluno, quem é o professor, quais são as suas características, quais são as suas especificidades. Mas, sim, o que fazemos juntos, o que seria possível fazer juntos, E isso é independente de quem é um e quem é o outro. Fazer alguma coisa junto é alteridade; já é a terceira coisa. E não é você nem eu. (SKLIAR, 2012, p.318)

A formação de uma educação que pulsa vida distingue-se desta determinação do outro e de sua representação a partir do que se vê do outro; não é o que tem do “você” e nem do “eu”, mas na possibilidade do encontro naquilo que se faz junto. Não está no pensar a escola como uma fábrica de subjetivação, como um espaço de aprendizado da violência o qual insiste em manter a relação disciplinar e a relação entre pedagogia, violência e normalidade (PRECIADO, 2020). Está, então, na possibilidade do acontecimento, que abraça o devir como possibilidade do novo, o qual rompe com a formatação de um espaço, tempo, conteúdo e formas de ser delimitadas e dominadas, e se abre à afirmação da dimensão poética de se ser na transformação, na experimentação de uma forma outra de ser e estar na escola.

Tal experiência consiste na abertura de uma outra maneira de ver e de sentir o tempo e o espaço: segundo ela, um tempo sem antes nem depois; um espaço sem frente e verso, dentro e fora, em cima e embaixo, esquerda e direita. E mais, um devir da forma da tira de papel, que acontece a cada volta

do recorte em sua superfície, traz a experiência de um tempo imanente ao ato de cortar. (ROLNIK, 2019, p. 40-41)

Apesar desta escola movida por pulsão de vida ser uma temática de grande relevância para o pensamento da Filosofia da Educação, e de grande interesse da presente autora, deixemos esta discussão para um outro momento, para que não se fuja da temática estabelecida nesta dissertação. Como proposto no início desta sessão, a breve explicação do que se compreende por “pulsão de vida” neste trabalho foi estabelecida apenas para compor e se opor àquilo que esta dissertação objetiva analisar: a vivência nas escolas sob lógica democrática neoliberal que, segundo a hipótese aqui levantada, aproxima-se de um culto à pulsão de morte, a ser aprofundada, pontualmente, adiante.

4.2 Hipótese repressiva

Foucault (2008), ao tratar da formação dos Estados modernos, ressalta a importância do poder da polícia. Expõe a relevância desta para a manutenção do equilíbrio de forças em um Estado, ou melhor, “(...) a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças” (p.421). Em um Estado governamentalizado, a polícia instaura-se a partir da necessidade do controle da população, com técnicas capazes de garantir a condução de cada ser, para efetivar as ações de poder sem provocar desequilíbrio na ordem.

O Estado governamentalizado, regido por ordem policial, conta como técnica para exercício do poder a produção de discursos, práticas e instituições as quais visam assujeitar a população sob a ordem. Nesse sentido, o poder policial ocorre não apenas como força de poder para manutenção de uma ordem determinada, mas para difusão de diferentes registros de regulação da pulsão vital para sujeição das determinações do *ethos* dominante. Nessa perspectiva, instaura-se o dispositivo de controle do discurso – do que se determina como saudável e perverso, sagrado e profano, civilizado e selvagem, normal e diferente – como construção do saber a partir de ideais que mantenham a ordem. Conjuntamente a esta necessidade de controle do discurso, lançam-se variados dispositivos de vigilância para que se mantenha a ordem daquilo que foi estabelecido como regra – como já foi visto acerca do poder da delimitação do

discurso nesta dissertação. Foucault (1988), ao tratar da história da sexualidade, expõe:

O poder funciona como um mecanismo de apelação, atrai, extrai essas estranhezas pelas quais se desvela. O prazer se difunde através do poder cerceador e este fixa o prazer que acaba de desvendar. O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, esprieta, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travestí-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. (p.44)

Com a construção da noção do poder policial, o qual instaura a constituição do saber a partir de dispositivos de controle e de vigilância, têm-se a hipótese repressiva vista em Foucault (1988). O filósofo expõe que a modernidade se formou não a partir da censura do sexo como algo que não deve ser dito; pelo contrário, houve uma proliferação de discursos acerca da sexualidade por diferentes áreas – científico, médico, psicológico, religioso, pedagógico, legislativo, entre outros – com o intuito de determinar formas corretas de liberação da libido a partir de cada campo do saber, impondo sobre o corpo uma sobrecarga de recomendações e regras alinhadas com o utilitarismo em manutenção da ordem de um Estado governamentalizado. Apesar desta dissertação se pautar, neste momento, sobre a hipótese repressiva vista em Foucault (1988), pretende-se transmutar o pensamento da sexualidade para a ordem das pulsões vitais.

Vê-se na modernidade a construção de discursos os quais tendem a controlar as pulsões vitais a partir da proibição do desejo, colocando-as como algo contra a civilização, ao escaparem de uma governamentalização democrática-neoliberal. A polícia da pulsão de vida, operante no modelo escolar democrático-neoliberal, faz-se na necessidade da ordem e coloca aquilo que escapa do *ethos* dominante como vergonhoso, proibido, atrasado ou errado por não ser considerado útil ao maquinismo governamentalizado, ou por ser uma ameaça ao funcionamento deste.

Não seria esse cenário perverso? Um controle e vigilância tamanhos os quais impelem qualquer possibilidade outra de ser e estar no meio escolar. Perversão esta que instaura normas de existência, de desejo, de comportamento submetido à unicidade determinada como correta para o funcionamento de uma governamentalidade democrática-neoliberal instaurada por um *ethos* constituído como

dominante. Perversão que assujeita, nos indivíduos, a implantação do prazer voltado, unicamente, à produtividade e ao utilitarismo mercadológico. Perversão esta que esvazia o sujeito de seus próprios desejos para desejar o desejo dominante, ou viver com a pulsão vital reprimida por ser algo da ordem da diferença. O sofrimento faz-se na inquietação e repressão da pulsão vital, no próprio desejo de ser algo que não é da ordem, mas que clama pela diferença.

A referida obra de Foucault (1988) trata da nudez como algo que desperta o medo. Estar nu perante um mundo governamentalizado exige enfrentamento, mas também está na vulnerabilidade de mostrar-se como diferente. A nudez pode envolver a presença do corpo, do pensar, do viver diferente; envolve a eroticidade de se desejar experiências que incluam o desejo por algo não determinado pela governamentalidade regente. Por tal motivo que se desperta o medo, por tratar de algo que escapa à norma, necessita de um exercício de experimentar algo que não está previsto pela governamentalização democrática-neoliberal.

Esse espaço de experimentação da diferença sofre interdição – função essencial do poder policial – do desejo de pulsar a vida a qual é considerada como não útil ao maquinário ora vivido nas escolas, as quais já têm seu modo operante determinado de instituição que tem o papel de ensinar a obedecer à governamentalidade democrática-neoliberal. Isto daria espaço para uma visão de insucesso na construção de sujeitos úteis ao maquinismo regente, o que seria considerado uma falha do sistema educacional democrático-neoliberal, já que as noções de direitos democráticos e sua funcionalidade são adotadas como princípios inquestionáveis (VEIGA-NETO, 2011). Além do mais, assumir uma inexperiência frente a um novo modo operante de ser resultaria numa situação desfavorável à máxima neoliberal “yes, you can”. Imersos na sujeição imposta por uma cultura de ser *narciso* voltado ao êxito e ao sucesso, admitir-se em uma condição – objetiva e contábil – desfavorável, representa um obstáculo à própria possibilidade de alcançar o êxito.

Nesta perspectiva, a escola parece seguir bem-sucedida em sua proposta de cafetinagem e interdita o que tenta escapar dela. No entanto, toda censura leva à regressão, ou melhor, o objeto proibido vive a dualidade de ser desejado por pulsão de vida e reprimido por governamentalização. A pulsão interditada permanece ativa no amago do ser e emerge na forma de sintomas e comportamentos que exalam a dualidade entre prazer e poder – como diz Foucault (1988) – emergindo como pulsão de morte.

4.3 Desejo de escravidão

A Constituição Cidadã (1988) expõe a urgência da educação como dispositivo que deve civilizar o sujeito para o exercício da cidadania, e qualificá-lo para o trabalho, de modo a universalizar a educação escolar como direito de todos e dever do Estado, em parceria com a sociedade e as famílias. Vê-se que a educação escolar está voltada para a inclusão de todos os sujeitos a um sistema governamentalizado apoiado no discurso democrático – de exercício da cidadania – e neoliberal – para qualificação para o trabalho. Em uma biopolítica, regida pelo pensamento democrático-neoliberal, instaura-se como premissa que apenas cidadãos livres podem ser governados, logo deve-se educar a todos para sua transmutação em uma população regida por um modo operante para funcionamento do Estado governamentalizado.

É a população, portanto, muito mais do que o poder do soberano, que aparece como o fim e o instrumento do governo: sujeito de necessidades, de aspirações, mas também objeto nas mãos do governo [...] [A] população vai ser o objeto que o governo deverá levar em conta nas suas observações, em seu saber, para chegar efetivamente a governar de maneira racional e refletida. A constituição de um saber de governo é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população no sentido lato, o que se chama precisamente “economia” [...] Pois bem, é apreendendo essa rede contínua e múltipla de relações entre a população, o território e a riqueza que se constituirá uma ciência chamada “economia política” e, ao mesmo tempo, um tipo de intervenção característica do governo, que vai ser a intervenção no campo da economia e da população. Em suma, a passagem de uma arte de governar a uma ciência política, a passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política (FOUCAULT, 2008, p. 140-141)

Destarte, o cidadão do Estado democrático neoliberal está em um sujeito livre, o qual é capaz de governar-se a partir de sua civilização e preparação para o exercício econômico visando ao provimento do governo da vida da população. Como se vê em Gallo (2017, p.1508): “Não há Estado democrático de direito sem cidadãos”; portanto deve-se incluir o sujeito num espaço disciplinar – a escola – para que este seja sujeitado a educar-se e a obedecer aos registros determinantes que mantém a perpetuação da governamentalização democrática-neoliberal. Dentro deste processo de educar-se, o indivíduo encara uma série de situações contratuais nas quais, por um lado, tem-se a promessa de ser inserido em um mundo governamentalizado, com todos os aparatos de segurança e disciplina, que parecem atrativos com promessas meritocráticas de sucesso neoliberal e recursos políticos *satisfacientes*; por outro lado,

o indivíduo encara o civilizar-se, ou melhor, a repressão de sua pulsão vital e o descamar-se para sujeitar em si o desejo e funcionamento do *ethos* democrático-neoliberal. Tal contrato pode estabelecer-se de forma violenta como governo da vida em um sistema governamentalizado, em que há a determinação da posição do sujeito dentro de um jogo da vida a partir desta relação contratual: aproximando-o de uma centralidade ou afastando-o para a margem.

A violência racista do branco exerce-se, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro. Este, através da internalização compulsória e brutal de um ideal do ego branco, é obrigado a formular para si um projeto identificatório incompatível com as propriedades biológicas do seu corpo. Entre o ego e seu ideal cria-se, então, um fosso que o sujeito negro tenta transpor às custas de sua possibilidade de felicidade, quando não de seu equilíbrio psíquico. (SOUZA, 2021, p. 25)

Souza (2021), ao tratar em seus estudos do “tornar-se negro”, apresenta uma compulsão por projetar em si uma identidade do ser branco e a brutalidade da afirmação social que se estabelece por situações contratuais as quais exigem que o sujeito descame de si, de seu corpo e sua identidade, as custas de uma possível felicidade existente no ego branco. No que se refere à presente dissertação, referida citação dialoga com a ideia de que a partir da inclusão do povo em um mundo governamentalizado, há a compulsão por subjetivar em todos os sujeitos uma identidade outra, brutal, para a regência do funcionamento e permanência da dominância democrática-neoliberal. Isso delega àqueles que se posicionam na centralidade do jogo biopolítico a definição de identidade exemplar, uma forma solipsista de ser que legitima a forma operante exaltada que favorece o ego governamentalizado do *ethos* dominante. A partir da escola como dispositivo disciplinar, tem-se a civilização do sujeito, o qual rompe com sua singularidade e, conseqüentemente, reforça as ligações com os processos que estruturam e assujeitam uma identidade outra de ser e estar no mundo.

A escola neoliberal é tida como instrumento de inclusão, que se ocorre por meio de um espaço que afirma a liberdade dentro de uma biopolítica governamentalizada – como visto na sessão anterior acerca da ideia de pedagogia da autonomia neoliberal – por meio do reconhecimento do diverso – num supermercado escolar – mas procura formas de, por vezes falsamente, valorizar a cultura diversa com o intuito de inserir em um espaço disciplinar regido pela violência contratual. O objetivo é não deixar nada nem ninguém do lado de fora deste jogo biopolítico de governo das condutas e

formas de ser e, subjetivar sobre o povo uma possível existência no ego democrático-neoliberal.

De modo que a escola indígena se mostra como o paradigma do modelo da inclusão: de um lado, se reconhecem os povos indígenas como diversos; sua diversidade é valorizada; o ensino é praticado em sua língua, a partir de sua cultura. De outro lado, a escola indígena é regida pelas mesmas leis gerais da educação brasileira; ensina-se na língua específica, mas também se ensina o português; respeita-se e valoriza-se a cultura étnica, mas também se introduz a cultura branca ocidental, em diálogo. Tal relação transversal entre as culturas diversas promove a integração e a inclusão dos povos indígenas à universalidade da cultura brasileira (centralmente branca e ocidental). A integração cultural é o passaporte para a inclusão dos povos indígenas na cidadania brasileira. Uma vez cidadãos, eles são livres e autônomos. Uma vez cidadãos, eles podem ser governados, ter suas condutas conduzidas segundo os mesmos preceitos gerais, reafirmando e valorizando a soberania nacional. (GALLO, 2017, p.1515)

O que se vê é uma constante tentativa de minimizar brechas de escape, para que o governo seja feito de forma a reafirmar o *ethos* dominante. O governo nesse meio se faz na subjetivação, alinhada as suas demandas de um Estado governamentalizado, de exigências de maneira de ser. Em um Estado democrático-neoliberal, ressalta-se o alinhamento do desejo por pertencer a um maquinário precário condizente às demandas deste jogo da vida. Dessa forma há a sujeição de um sujeito *homo oeconomicus* docilizado ao funcionamento da máquina democrática-neoliberal que aceita inevitavelmente o precariado como forma existencial. A escola, neste cenário, tornar-se um dispositivo para normalizar uma vida precária de flexibilidade, terceirização, autoempreendedorismo, disponibilidade constante e subjetivar uma super obediência ao *ethos* dominante por meio de uma propagandização – a um nível de *american dream* – por um certo desejo à escravidão.

Em uma dinâmica social que alucina a energia psíquica por desorientação segmentar social constante, o oportunismo, a depredação do sentimento de pertença e das associações coletivas como meios de resistências a qualquer dominação social passam a pavimentar as condutas que devem ser otimizadas conforme a programação estratégica da atividade dos indivíduos adaptados ao capital-competência, por seu turno, sempre variável às demandas da adaptocracia neoliberal. (GALLO, 2020, p. 156)

O ser humano anseia por pertencimento. Ao juntar-se ao medo de ficar nu – ou melhor, medo por se vulnerabilizar frente ao jogo biopolítico regido pela governamentalização neoliberal – submete-se e anseia por ser civilizado para pertencer a algum espaço biopolítico, podendo este localizar-se no centro – dado ao quanto este se dispõe, meritocraticamente, ao descamar e ao sacrifício de si – ou posicionar-se na margem – sendo este subalternizado e visto como “anormal” –

considerando aqui apenas aqueles que ainda possuem certas cartas na mesa dentro deste jogo biopolítico. Afinal, há certos corpos que são diretamente lançados à morte – acerca destes a temática será mais aprofundada na seção seguinte.

É pelo desejo de pertencimento e pela difusão do medo de poder ser algo que escapa à norma que emerge o desejo pela escravidão; escravidão esta que escancara a relação violenta da disciplinarização na escola a partir da subjetivação de um desejo por pertencer a uma servidão maquínica (LAZZARATO, 2015) enquanto se reprime qualquer pulsão outra que escape ao *ethos* dominante que se apresente vexatória ao utilitarismo do que se estabeleceu como “normal” para o funcionamento de uma governamentalidade democrática-neoliberal. A esses narcisos que mergulham numa promessa de ser para o funcionamento biopolítico, cafetinam-se, e aniquilam tudo que há de si, para viver sob a pulsão de morte.

O corpo subalterno, marginalizado por não se submeter à isonomia democrática neoliberal, torna-se considerado sujeito incorrigível aos dispositivos e impotente ao mercado, considerado por Foucault (2010), em seu curso no Collège de France de 1975, de “anormais”. Aqueles tratados como sujeitos não ajustáveis estariam em um estado de “não civilizado”, ou seja, um estado de “selvageria”, o qual necessitaria de uma instrução e do educar-se ao *ethos* dominante para transformar sua animalidade em humanidade.

Em uma governamentalidade democrática neoliberal, não se trata de uma oposição entre homem e animal, mas sim entre a oposição homem e máquina. Frédéric Gros (2018), afirma que o papel da escola é o de ensinar a obedecer, ou melhor, educa-se para uma complacência política. Se os “anormais” são os que têm seus corpos marginalizados por não se submeterem à uma política de conformismo à um mundo regido pelo desejo de escravidão que se refere a uma incapacidade de um agir movido por pulsão de vida, é pelo desejo de se humanizar que se desobedece. São aqueles que se submetem à manutenção deste cenário de monstrosidade destes Estados Neoliberais com docilidade, lealdade e credibilidade que corroboram com esta política movida por pulsão de morte.

A experiência totalitária do século XX evidenciou uma monstrosidade inédita: a do funcionário zeloso, do executor impecável. Monstros de obediência. Refiro-me aqui à “segunda modernidade” porque a razão que regula sua conduta não é mais a dos direitos e dos valores, do universal e do sentido. É a razão técnica, eficaz, produtora, útil. A razão da indústria e das massas, da administração e dos escritórios. A razão gestora, a racionalidade fria anônima, glacial, impessoal do cálculo e da ordem. (GROS, 2018, p. 32)

É por esta racionalidade fria imposta pela governamentalidade democrática-neoliberal de se ser útil, produtivo, eficaz e super obediente a regência do *ethos* dominante e por ainda se desejar competir neste mundo governamentalizado com o anseio por poder governar – ou seja, buscar a centralidade biopolítica – que se acalenta o ser por um desejo de escravidão. Desejo este que alimenta, em nome de uma negação de si, uma renúncia a vida. Esta super obediência e desejo por servidão que gera um sofrimento emergente apenas como a ponta de um *iceberg* que abaixo segue um sofrimento instaurado como culto à pulsão de morte.

4.4 Culto à pulsão de morte

Os corpos super obedientes ao funcionamento de uma governamentalidade neoliberal movem-se por pulsão de morte ao dedicarem-se, sem qualquer resistência, na busca por centralidade dentro deste jogo biopolítico pautando-se no discurso meritocrático, que promove o ser eficiente, útil, frio como exemplar e normaliza uma vida precária submissa à volatilidade do mercado. No ambiente escolar, esta monstruosidade vista na super obediência se move pela instauração de uma política de cafetinagem, a qual tende a capturar toda potência de vida para sujeição de um modo operante movido por pulsão de morte definido pelo *ethos* dominante, para a manutenção dessa governamentalidade. Esposito (2010), ao tratar de seus estudos acerca do paradigma da imunização, aponta que este motor governamentalizado propõe o afastamento de uma vida politizada, ou seja, há a redução da vida qualificada – *bíos* – por uma vida não qualificada – *zoé* – transmutando a existência em mera sobrevivência. Esta população, na ânsia de centralizar-se na biopolítica, deseja a própria extinção, seu projeto é de deixar de existir como *bíos*, ou aos poucos, transformar-se para um outro, descamando-se de si, reduzindo-se à *zoé*, para servir a um desejo de escravidão regido pela governamentalização neoliberal.

Para a população movida por desejo de escravidão, a vida precária, muitas vezes, não aparenta ser passível de transformação, parte disso decorre da submersão num sistema o qual reforça por meio da polícia que o *ethos* dominante é o modo instaurado como correto de se ser – um ser incluso em uma rede governamental neoliberal que se arvora como democrática – e parte também por uma guerra constante do sujeito consigo mesmo dado ao medo pelo acontecimento – medo de

ficar nu perante algo que escape a uma governamentalização e propõe algo novo. A pulsão de vida interdita-se nesta impossibilidade de desejar e buscar um objeto em si ou no outro para subverter sua pulsão reprimida. As tensões dentro do precariado – compreendida como população assujeitada numa malha governamentalizada – instauram-se a partir da morte de si, com o aniquilamento da potência de ser algo que já não tenha sido previamente determinado por governamentalidade, regido pelo medo reforçado pelos dispositivos policiais que controlam a monstruosidade super obediente do desejo por escravidão como central na biopolítica. Como o objeto em si – ou seja, a possibilidade de ser movido por pulsão de vida – revela-se reprimido, parte-se para uma tensão de exacerbar a pulsão reprimida a partir do ataque violento àquele corpo o qual vive o escape e à margem da governamentalização.

Nos dizeres de Gallo (2020) uma população pode responsabilizar um outro grupo por sua vulnerabilidade, por sua vivência precária, induzindo a pensamentos meritocráticos de um povo menor que emerge como parasita de benefícios sociais, vendo-os como uma forma injusta de um povo que obtém privilégios às suas custas. Essa forma governamental é vista na biopolítica, em uma educação cafetinada a qual não possibilita o reconhecimento da precarização da vida em sua dimensão social e econômica. Ao maquiar essa vida como algo voltado ao sucesso neoliberal de esforço meritório, reverbera-se a reatividade a um agir violento sobre o corpo que foge do controle.

Assim passamos a viver em um paradoxo. Pensando o governo das diferenças e aqueles que escapam ao governo, os corpos ingovernáveis são os que se recusam a se submeter a qualquer tipo de precarização existencial, o que nela não se encaixam por falta de capital humano – que pode ser as próprias normatizações corporais, estéticas, mentais, etc. Mas também ao lhes ser negado o direito de uma educação capaz de potencializar a singularidade de suas existências, ao mesmo tempo, denunciam que a escola está sendo entregue à manipulação da racionalidade rasteira das mesmas demandas de eficiência e de previsibilidade dos corpos. O desmonte da educação inclusiva é precursor do mesmo desmonte da educação pública, pois reduzida à demanda da precariedade, o rolo compressor do Estado pavimenta as condições de formação de um exército de reserva, de um “lumpemprecariado”, desde as balizas crônicas da rejeição da ontologia do deficiente ou de qualquer singularidade carente de abordagem não padronizada. (GALLO, 2020, p. 155)

Talvez, um pouco diferente do que Gros (2015) afirma, aquele que se porta em super obediência nesse jogo biopolítico regido por governamentalidade democrática-neoliberal é aquele que se submete a precarização existencial, vivendo por pulsão de morte, sujeitando-se a ser um exército de reserva, de um *lumpemprecariado* não

apenas como uma obediência cega aos desígnios do mercado e da racionalidade econômica. No entanto, ante a insegurança encarada num ar contaminado pelo excesso do individual, pela competitividade e pela exigência para que o capital humano de cada corpo se sobreponha ao de outro – no que parece ter se reduzido a luta pela vida – a adesão ao que parece seguro torna cativo o desejo de experimentação da fuga.

A escola, ao reforçar este espaço cafetinado ao funcionamento do mercado, expõe-se à possível instauração da vivência de uma pulsão de morte em seu interior, apresentando-se como peça fundamental à biopolítica e estimulando a super obediência à governamentalização e sujeição dos corpos a uma previsibilidade de uma vida movida por pulsão de morte, flertando com uma tanatopolítica.

A escola ao se instaurar-se como dispositivo para o governo da vida, proporciona o controle dos corpos que devem assumir centralidade na biopolítica e dos corpos que devem estar à margem. Seu caráter inclusivo, sob esta ótica, volta-se para ampliar o controle sobre todos para incluir dentro de uma malha de governo da vida. Propõe-se a integração de todos e a universalização da escola como laboratório biopolítico de inclusão e afirmação de uma vida voltada a cafetinação das pulsões de vida, controlando qualquer tentativa de fuga a partir da utopia de uma centralidade biopolítica – sucesso neoliberal – de um sujeito super obediente, sujeitando nestes um mover por pulsão de morte. No entanto, há corpos que não se assujeitam a essa governamentalidade, por agirem por pulsão de vida, e negam uma existência outra que não seja a movida por uma bússola ética, resistindo na potência de sua singularidade, estes são vistos como ingovernáveis ao sistema devendo ser lançados a margem da biopolítica, ou lançado a morte existencial por apresentarem-se como ameaça ao maquinismo democrático neoliberal, sendo arremessados a uma tanatopolítica. Esses corpos ingovernáveis são considerados como monstruosos ao funcionamento de um maquinismo democrático neoliberal, pois, no ato de desobedecer, confrontam o direito de uma educação que potencialize sua singularidade, por meio da resistência de sua pulsão de vida, proporcionando a denuncia da cafetinagem da escola.

Aqui, portanto, podemos entender as razões pelas quais o Brasil se tornou um laboratório biopolítico de precarização das estratégias educacionais de inclusão e de afirmação das diferenças. O corpo do deficiente, o corpo da singularidade, o corpo da atipia normativo-eficiente, o corpo indigesto ao sistema, o corpo ingovernável, todos assinalam para uma espécie de

antecedente criminal ao sistema: de saída, seus corpos são ineficientes como capital humano. Impedir ou dificultar a inclusão de tais corpos na escola é estratégia biopolítica de exclusão da vida, por ajuntamento das tecnologias do biopoder, que tipifica o ineficiente, lançando-o fora de qualquer condição existencial. Afinal de contas, Gary Becker (1993) deixou bem claro em *Capital humano – análise teórica e empírica com especial ênfase na educação*: sem habilidades e performances adequadas, o indivíduo é o único culpado de sua própria condição, tornando-se mero trabalhador sem habilidades (*unskilled*), donde, segundo ele, o fato de enorme massa de afrodescendentes, imigrantes, pobres, etc. continuarem na pobreza. (GALLO, 2020, p.157)

A escola como dispositivo para manutenção do *ethos* dominante propõe a inclusão de todos em um espaço que possui como objetivo fundamental o de ensinar a obedecer, por meio da subjetivação de um desejo por escravidão. Na governamentalidade neoliberal a máxima meritocrática reforça a responsabilidade do sujeito por sua posição dentro do jogo biopolítico, culpando, única e exclusivamente, o indivíduo por sua condição. Aquele que não possui a performance adequada – super obediência – para funcionamento do monstruoso do maquinismo governamental são tidos como *unskilled*, considerados como ineficientes à sociedade; devendo-se, a partir disso, dificultar ou excluir a permanência de tais corpos no espaço da escola.

A escola cafetinada, ao lidar com corpos desobedientes que buscam fissuras nesse maquinismo ao se moverem por pulsão de vida, encara a própria monstruosidade de seu espaço. Ao lidar com o corpo desobediente, a escola leiloadada, regida por governamentalidade neoliberal, escancara a dimensão de uma escola utilitarista e liberal para o mercado, por vezes conservadora nos costumes, na medida em que há certos corpos que buscam formas outras de educação que não seja voltada apenas como ferramenta para o bem-estar econômico, muito menos como participação em um mercado de ensino, corpos que confrontam o currículo como desenvolvedor de *skills* a partir da necessidade mercadológica. Da mesma forma, a escola cafetinada, ao lidar com o corpo desobediente, escancara que a pedagogia da autonomia neoliberal é cruel ao voltar-se para a capacitação de um sujeito narciso que normaliza a precarização de sua existência e revela o descompromisso com uma possibilidade de vida voltada para algo que escape da norma. A escola cafetinada, a partir da ideia de soberania do consumidor, ao lidar com o corpo desobediente, apresenta-se como dispositivo meramente inclusivo num maquinismo monstruoso de controle:

“(...) a escola é convidada a acolher todos os que são vomitados pelo sistema; os que são, tal como o último vômito do bêbado, colocados na sarjeta, no

escuro das esquinas mal faladas e rejeitados nos espaços de convivência” (GALLO; CARVALHO, 2020, p.158)

Há mercado escolar para todos, cabe ao consumidor estar incluso, não importa em qual escola, nem de que forma, nem de qual educação, o que importa é apenas estar incluso para se governar a vida; ressalta também a existência de um supermercado escolar que escancara a comercialização do espaço escolar, da vida dos consumidores e de controle perverso. Por último, a escola cafetinada, ao lidar com o corpo desobediente, revela seu papel de subjetivação à governamentalidade neoliberal, apoiando-se num discurso democrático que propõe a captura das pulsões de vida para subjetivação de um ser *homo oeconomicus*, que se move no desejo por escravidão.

A escola, ao lidar com o desobediente, encara sua monstruosidade e a pulsão ali interdita reitera a relação entre pedagogia, violência e normalidade, como se vê em Preciado (2020), “a escola é um espaço de controle e domínio, de escrutínio, diagnóstico e sanção, que pressupõe um sujeito unitário e monolítico que deve aprender, mas não pode nem deve mudar” (p. 197). A escola entra em crise a partir de seu confronto; logo, torna-se crucial que os corpos desobedientes sejam aniquilados para a manutenção da ordem, é crucial que o desejo de todos os superobedientes que foi reprimido seja reverberado em violência, para que o corpo dissidente seja neutralizado e seja dificultada sua existência.

Sob a perspectiva analisada nessa dissertação, a escola aparenta-se como um espaço que cultua a pulsão de morte. Cultua o descamar de si. Cultua uma interdição do desejar. Cultua a dor e o sofrimento do ser. Cultua a normalização da violência. Cultua uma tanatopolítica. Na era do narcisismo regido por governamentalidade neoliberal, a democracia não passa de um instrumento para inclusão de todos a uma vida cafetinada, onde a pulsão de vida se vê ameaçada, vigiada, punida, violentada. A escola, move-se por um desejo de escravidão, por repressão da vida, por pulsão de morte. Vive-se um culto movido pela relação tênue entre a biopolítica e tanatopolítica, entre o governo da vida e o governo da morte.

Assim, somos chamados a considerar o lugar dos corpos ingovernáveis na educação escolar, pois o racismo de Estado está em colisão com o indivíduo insuportável que precisa ser aniquilado, executado, sequestrado, exilado, perseguido, deixado à mingua para morrer ou devolvido à morte, pois ele simplesmente não merece a vida, a partir do momento em que seu capital humano não é digno de sua capacidade adaptativa à precariedade. (GALLO, 2020, p. 158)

Nessa malha de governo em que se vive um culto a pulsão de morte, a escola, como reflexo deste cenário, ressalta o olhar ao desejo não somente acerca de uma educação movida por pulsão de vida, como também de uma vida realmente que se move no ato de desejar. Não somente de uma educação que se baseia numa bússola ética, como também uma vida que se mova por fissuras capazes de romper com a norma e gerar o escape da pulsão de vida. Não somente a uma escola que se move por acontecimentos, como também o abraçar o acontecimento no cotidiano da vida. Pode-se, assim, imaginar, não somente em uma vida distante de uma dor e sofrimento existencial, como também uma fuga que se permite uma pulsão de vida.

Talvez este cenário esteja em um processo de “terapia institucional”, que escape de identidades fechadas, como propõe Preciado (2020). Talvez em *escolas-em-fuga*, também citada por Preciado (2020), que priorizem a experimentação em detrimento da norma. Talvez esteja na urgência de contraposição, da reflexão, da luta contra a precarização da existência. Talvez esteja no desejar por fissuras neste maquinismo por meio de microrresistências que buscam a cura deste sofrimento existencial causada aos sujeitos neste jogo biopolítico. De todas essas possibilidades, a todos os corpos que se descamam nessa governamentalidade neoliberal, a todos os corpos singulares que sofrem para pertencer a um jogo da vida solipsista, a todos os corpos que desobedecem a precarização nesse mundo tolerante, a certeza, e não o talvez, está na pulsão da vida. Está no acontecimento. Está numa bússola ética. Está no recorte gerado por devires outros. Está na radicalidade da democracia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica à governamentalidade neoliberal, apresentada nesta dissertação, parte da problematização de que, ao se sobrepor o governo quantitativo da maioria sobre o convívio qualitativo com os processos subjetivos minoritários, a democracia perdeu sua força biopolítica para evidenciar sua face totalitária ou, em outras palavras, tanatopolítica, com sérias repercussões sobre a escola. Dentre essas repercussões, surgem toda uma série de estratégias que, em nome da democracia e do direito de todos à educação, acabam por produzir a homogeneização das condutas, o governo e, por vezes, o aniquilamento das diferenças, tais as exigências impostas pelo *ethos* neoliberal. O resultado dessa racionalidade governamental para os atores da escola e, em especial, para aqueles que trazem inscritos as diferenças em seus próprios corpos é um sofrimento atroz, desmesurado, o que fez com que, antes do que pensar numa instituição que cultivasse a vida, fosse regida pelo cultivo da pulsão de morte.

A referida crítica se faz no exercício do pensar em possibilidades outras de práticas vividas na modernidade, a fim de propor discontinuidades, dissensos e escapes, questões estas essenciais em uma democracia e ao pulsar da vida. Por essa razão, num ensaio parcialmente genealógico, se procurou explorar esse paradoxo da democracia, recobrando-a brevemente na antiguidade grega com Michel Foucault para dissertar sobre o modo como essa face mais isonômica relacionada ao governo da maioria do povo se sobrepôs em seu desenvolvimento à sua dimensão qualitativa na qual as diferenças, o dissenso e a convivência com os seus modos de vida minoritários a impulsionaram. Deu-se aqui destaque especial a governamentalidade neoliberal na qual a democracia passa a governar o jogo biopolítico na atmosfera que o subjetivo respira, objetivando os sujeitos para que se assujeitem a tecnologias específicas de si, alinhadas à racionalidade econômica, ao mesmo tempo em que, graças a essa subjetivação majoritária, não somente a pressão produzida pelos modos de existências minoritários produziram sofrimento, como também perseguição e aniquilamento, como uma sombra tanatopolítica do biopoder que perpassam todas as instituições sociais, incluindo a escola.

Ao analisar a escola neoliberal, procurou-se demonstrar nesta dissertação como esses processos aí ocorrem, muitas vezes recorrendo a certas estratégias da governamentalidade democrática e táticas de inclusão, sem considerar a democracia em sua radicalidade nessas lutas micropolíticas. Ademais, se salientou o quanto

essas lutas, extrapolando um pouco o pensamento foucaultiano, ocorrem mais além do poder para se encontrar no âmbito do desejo, deslocando as lutas entre vida e morte para o terreno das pulsões. Foi nesse terreno que se ensaiou alinhar aquela sombra tanatopolítica à pulsão de morte cultivada pela escola neoliberal, problematizando esse cultivo e instigando aos leitores a pensarem numa escola capaz de ser movida pelo cultivo da pulsão de vida.

A democracia representa, nesse cenário, uma estratégia da governamentalidade neoliberal; já que, por meio de dispositivos disciplinares e de segurança, o discurso democrático inclina-se para a possibilidade de uma vida para todos, por meio do acolhimento ao biopoder, fomentando o assujeitamento de corpos em uma relação de cafetinagem a esta malha governamental e possibilita o controle e vigilância dos corpos que escapam de uma super obediência a esta racionalidade, sendo estes lançados a uma tanatopolítica. Ressalta-se que, apesar de problematizar os Estados Neoliberais ditos democráticos acerca da inclusão ao longo desta dissertação, não significa que há uma contrariedade à temática da inclusão em si, nem que se desconsidere as políticas referentes à educação inclusiva. Não se trata do pensar na inclusão como dependente de um mundo binário – de inclusão e exclusão, dos monstros e santos, de políticas de esquerda ou direita. Não se trata de questionar os estudos da “política da educação” ou “psicologia da educação”, ou de qualquer outra área do conhecimento. E, de forma alguma, pretende-se reduzir esta temática nos limites das ações de Estado. O que se pretendeu foi pensar na forma em que uma “educação para todos” tem sido interpretada e exercida em uma governamentalidade neoliberal, ora dominante.

Fazer uma crítica à inclusão — visando olhar outras coisas que ainda não olhamos e pensar coisas que ainda não pensamos sobre as práticas que a determinam e as políticas que a promovem — implica, entre outras coisas, ir contra a corrente dominante. Isso nada tem a ver com ser “contra a inclusão”; tem a ver, sim, com a prática da suspeita radical frente às verdades estabelecidas e tidas tranquilamente como “verdades verdadeiras”. Desde o célebre curso *Os anormais*, que Foucault ministrou no Collège de France no inverno de 1975, é possível compreendermos que a inclusão não é “boa” por si mesma; além disso, ela não é, necessariamente, o outro da exclusão. Do mesmo modo, pode-se compreender que muito frequentemente inclui-se para excluir, isso é, faz-se uma inclusão excludente. (VEIGA-NETO, 2011, p. 122-123)

Esta dissertação visou apresentar, dessa forma e de modo ensaístico, um estudo da educação inclusiva como estratégia da escola democrática em uma biopolítica e tanatopolítica, regida por governamentalidade neoliberal. A escola

democrática potencializou a capacidade do governo dos corpos ao buscar políticas de inclusão de mais corpos em uma sociedade governamentalizada, mediante dispositivos disciplinares e de segurança, dada a sua capacidade de subjetivação ao *ethos* dominante neoliberal. A escola democrática neoliberal potencializou, também, o governo sobre a morte neste processo de inclusão excludente, na medida em que corroborou com a predominância de um estado suicidário, ao tratar de uma morte – subjetiva, ou em certos casos, física – de corpos indesejados à governamentalidade neoliberal.

Com este estudo, percebeu-se que há um sofrimento inscrito nesta proposta de uma educação inclusiva agenciada pelas estratégias do neoliberalismo, em ambas as circunstâncias. Primeiramente que as escolas neste contexto, ao estabelecerem uma relação de cafetinagem com os corpos ali presentes, viabilizam o processo de assujeitamento de um ser *homo oeconomicus*, super obediente ao neoliberalismo, voltado ao aniquilamento de sua pulsão de vida – *bíos* – para sua redução ao *zoe*, cultuando um desejo de escravidão; ainda emerge uma ação reativa, a partir da repressão do mover da pulsão de vida, reverberada em atos violentos sobre as diferenças. Em segundo ponto, as escolas democráticas neoliberais tem sido instrumento para uma tanatopolítica, ao flertar com o sacrifício dos corpos que vivem à margem da biopolítica.

Destarte, as reflexões tecidas encaminharam à conclusão da vivência da monstruosidade da escola democrática neoliberal, movida por um culto à pulsão de morte. Tal dinâmica não apenas desafia o caráter participativo das escolas em uma biopolítica e tanatopolítica, orientadas pela governamentalidade neoliberal, mas também convoca à crítica sobre a dor e o sofrimento que atravessam os atores escolares, instigando à reapropriação de um mover através de uma bússola ética.

Esse trabalho de bricolagem de si, do qual depende a descolonização na esfera micropolítica, jamais alcança sua plena e definitiva realização. Ao longo de nossa existência, face a novas tensões resultantes de novos diagramas de força, oscilamos entre posições variadas e variáveis num amplo leque de micropolíticas, das mais ativas às mais reativas. Estamos sempre diante do desafio de combater a tendência reativa em nós mesmos e em nossas relações (tendência dominante em nossa cultura): o desafio de não nos submetermos ao poder dos fantasmas que nos trazem de volta para nosso personagem habitual na cena colonial-capitalística. E se precisamos sair desse personagem, é porque ao desempenhá-lo participamos das relações de abuso por nosso próprio desejo, seja qual for nossa posição nas mesmas. A descolonização do inconsciente implica um constante esforço para desmancharmos esse personagem, nos reapropriarmos da pulsão e, por ela guiados, criarmos novos personagens que estejam à altura da vida,

encarnando sua potência de variação transfiguradora. (ROLNIK, 2019, p. 136)

Nessa malha de governamentalidade neoliberal em que se vive, predominantemente, um culto à pulsão de morte, a escola possibilita a crítica não somente acerca de uma educação inclusiva, como também de uma vida realmente inclusiva. Não somente de uma educação que se baseia no mover da pulsão de vida, como também na reapropriação da pulsão capaz de criar personagens que estão desejantes pela vida e exalam o fôlego da vida. Não somente a uma educação no acontecimento, como também o abraçar o acontecimento no cotidiano social. Pode-se, assim, concretizar este trabalho de bricolagem e imaginar, não somente em uma vida distante de um sofrimento, como também uma fuga da escravidão e a possibilidade de uma vida radicalmente democrática.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Dor e sofrimento, presenças ou ausências na obra de Foucault?**. Cadernos da FFC, Marília – SP, v. 9, n.1, p. 11-33. 2001.

ARROYO, M. G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados**. Educ. Soc. [online]. Vol.31, n.113. P. 1381-1461. 2010.

BÍBLIA SAGRADA. Nova versão internacional. **Bíblia Leitura Perfeita: Evangelismo**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: Outubro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024**. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14819.htm. Acesso em: Outubro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.946, de 31 de julho de 2024**. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm. Acesso em: Outubro de 2025.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **Neoliberalismo y gubernamentalidad de crisis en el posfascismo: qué puede hacer la educación?**. Praxis & Saber. 2023.

CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Silvio D. de Oliveira. **Foucault e a governamentalidade democrática: a questão da precarização da educação inclusiva**. Mnemosine. Vol. 16, nº1, p. 146-160. Parte Especial – Artigos. 2020.

CARVALHO, Alexandre F.; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de; PAGNI, Pedro A. **Diferença e corpo heterotópico da deficiência: um convite para se pensar de outro modo a escola inclusiva**, Revista Cocar, n.13, p. 1-22, 2022.

CINE BELA. **Meu caminho até a escola**. Disponível em: <https://www.belamare.org.br/programacao/cine-bela-meu-caminho-ate-a-escola/>. Acesso em: 13, nov. de 2025.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.34, n.2, p.171-186, 2009.

CURY, C.R.J.. **Educação, Direito de Todos e o Bicentenário da Independência**. Cadernos de História da Educação (Online), v.21, p.1-27, 2022.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psocopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

DOURADOR, Rafael. **Programa de militarização escolar exclui estudantes mais pobres visando aumentar índices de desempenho**. Jornal da USP. 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/programa-de-militarizacao-escolar-exclui-estudantes-mais-pobres-para-forcar-o-aumento-de-indices-de-desempenho/#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20pesquisa,em%20uma%20vulnerabilidade%20t%C3%A3o%20grande.&text=%E2%80%9CQuando%20voc%C3%AA%20fecha%20o%20noturno,isso%20o%20nome%20c%C3%ADvico%2Dmilitar>. Acesso em: Outubro de 2025.

ESPOSITO, Roberto. **Bios: biopolítica e filosofia**. Tradução de M. Freitas da Costa. Lisboa: Edições 70. 2010.

FANIZZI, C.. **O sofrimento docente: apenas aqueles que agem podem também sofrer**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2023. v. 1. 224p

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A coragem de verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Volume 1: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**. Édition établie sous la Direction de Daniel Denfert et François Ewald. Paris: Gallimard, v.4, 1984b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978- 1979). 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico; As heterotopias**. São Paulo, N-1 Edições, 2013

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). Editora VMF Martins Fontes. 2010.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Que'est-ce qu'un auteur?** Bulletin de la Société Française de Philosophie, v. 63, n. 3, p. 73-104, juillet-septembre 1969. (Dits et Écrits, v. 1, p. 789-842). Edição portuguesa: O que é um autor.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 45ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREUD, Sigmund. **Além do princípio de prazer**. 1ª ed. L&PM. 2016

GALLO, Silvio. **Eu, o outro e tantos outros: educação alteridade e filosofia da diferença**. In: Anais do II Congresso Internacional Cotidiano: Diálogos sobre Diálogos. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2008. P.1-6.

GALLO, Silvio. **Infância e Resistência – resistir a quê?**. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v.31, n.61, p. 199-211, nov. 2013.

GALLO, Silvio. **“Infância maior”: linha de fuga ao governo democrático da infância**. Universidade Estadual de Cmpinas, Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, Repositório da Produção Científica e Intelectual da UNICAMP. São Paulo, v. 46. 2020.

GALLO, Silvio. **Governamentalidade democrática e o ensino de filosofia no Brasil contemporâneo**. Cadernos de pesquisa, v.42, n.145, p. 48-65. Jan./abr. 2012

GALLO, Silvio. **Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, set./dez. 2017.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

LACAN, J. **Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo. 2019.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas e subjetividades**. São Paulo: N-1, 2015.

MARTINS, S. E. S. O.; CIANTELLI, A. P. C. (Org.). **Inclusão universitária no século XXI: dilemas atuais**. 1. ed. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2023.

PAGNI, Pedro Angelo. **Democracia, diferença e o agir reflexivo: ensaio sobre as resistências e seus agenciamentos na escola**. Schème: Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas. Volume 11 Número Especial/2019.

PAGNI, Pedro Angelo. **Retratos foucaultianos da deficiência e da ingovernabilidade na escola: do governo das diferenças a outro paradigma de inclusão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

PELBART, Peter Pál. **Espectros da catástrofe**. Disponível em: https://issuu.com/n-1publications/docs/pandemia_cr_tica_134. Acesso em: 12 nov. 2025.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano: crônicas da travessia**. Tradução Eliana Aguiar; prefácio Virginie Despentes. – 1ª ed. – Rio de Janeiro, 2020.

PROFISSÃO REPÓRTER. **Os impactos do trabalho na saúde mental: como problemas em empregos têm adoecido brasileiros**. Disponível em: <https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2025/11/12/os-impactos-do-trabalho-na-saude-mental-como-problemas-em-empregos-tem-adoecido-brasileiros.ghtml>. Acesso em: 13/11/2025

RANCIÈRE, Jacques. **O Dissenso**. In: NOVAES, A. (org.) *A Crise da Razão*. São Paulo: Cia das Letras, 1996b.

REDAÇÃO G1. **No Brasil, violência escolar mais do que triplica em 10 anos; discursos de ódio impulsionam aumento**. Globo. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/15/violencia-escolar-mais-do-que-triplica-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: Outubro de 2025.

ROLNIK, Suely. **Esferas da Insurreição: Notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Bem vindo ao estado suicidário**. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/004>. Acesso em: 08 set. 2020.

SKLIAR, Carlos. **Provocações para pensar em uma educação outra: Conversa com Carlos Skliar...** [Entrevista disponibilizada em st/dez 2012]. Entrevista concedida a Maria Teresa Esteban, Carmen Sanches Sampaio.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Prefácio de Maria Lúcia da Silva e Jurandir Freire Costa. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

VEIGA-NETO, alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, exclusão in/exclusão**. Verve, n.20. p.121-135. 2011.

VIRILIO, P. **El Estado suicida**. In: _____. *La inseguridad del territorio*. Tradução Thierry Jean-Eric Iplicjian e Jorge Manuel Casas. Buenos Aires: La Marca, 1993.